

## GEOGRAFIA HUMANA

### PIRAPORA DO BOM JESUS, CENTRO RELIGIOSO DO ALTO TIETÊ

MARIA CECÍLIA FRANÇA

*O estudo de Pirapora do Bom Jesus, feito pela professora Maria Cecília França, inaugura um tipo de trabalho geográfico que pode ser ampliado entre nós, sobre as chamadas "cidades religiosas". Função precípua de muitos e variados aglomerados urbanos brasileiros, não foi ela ainda explorada pelos nossos geógrafos; daí a satisfação com que o Boletim Paulista de Geografia acolhe a presente pesquisa. A Autora é Instrutora da Cadeira de Geografia Humana da U.S.P., Catedrática de Geografia Geral e do Brasil do Ginásio Estadual do Jardim da Saúde (Capital) e sócia cooperadora da Seção Paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros.*

#### I — INTRODUÇÃO

Pirapora do Bom Jesus é, sem dúvida, um desses centros de vida religiosa onde a população local temporariamente submerge sob o afluxo dos peregrinos. Localizada à margem esquerda do maior rio paulista, à proximidade da Capital, mas no trecho do alto curso em que as dificuldades do relêvo tornam-se obstáculo à própria corrente fluvial, seu desenvolvimento urbano, em face da precariedade do sítio e mesmo da posição, numa zona de escassos recursos econômicos, dificilmente se explicaria, não fôsse a tradição, que a tornou conhecida desde o século XVIII como um dos centros de peregrinação religiosa no Estado de São Paulo.

Em nosso país, ou em outras partes do Globo, essas cidades que nasceram ou se desenvolveram em função de um determinado atrativo religioso, constituem quase sempre um desafio às imposições geográficas de sítio e situação. Na Tunísia, Kairouan, antiga

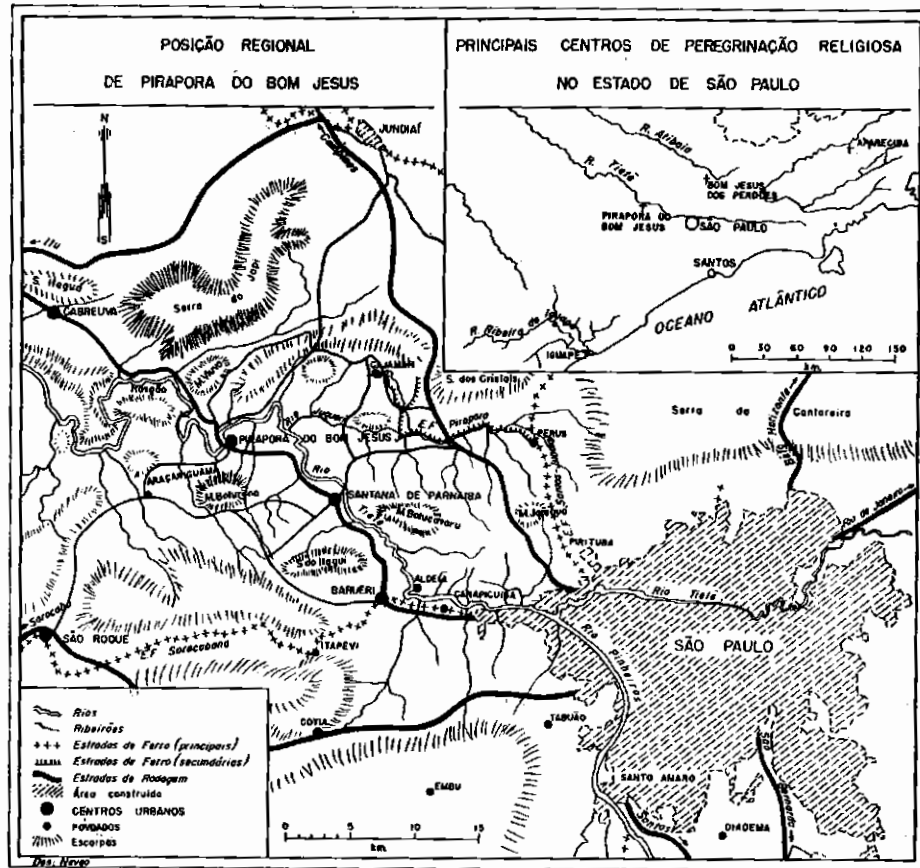


Fig. 1

capital fundada pelo profeta Sidi Okba em 669, apareceu como importante centro religioso da Idade Média, no meio de uma estepe ingrata e triste, onde só existia um poço de água doce; a Meca, cidade do profeta Mahomet, capital do mundo muçulmano, situa-se num vale estreito e estéril, em pleno coração do deserto árabe. Os sítios de Lhassa, capital do Tibet e ex-moradia do Dalai Lhama, e de Lourdes, o centro internacional mais procurado pelos peregrinos católicos, encravada no meio de agudos picos calcários dos Altos Pireneus, também não são dos mais favoráveis ao desenvolvimento urbano que vêm conhecendo.

E mesmo o magnífico sítio de Benares, às margens do Ganges, não teria sido suficiente para fazer dela a aglomeração urbana com perto de 250.000 habitantes, não fôsse a importância religiosa que a tornou capital espiritual do bramanismo.

Em se tratando, pois, dessas aglomerações urbanas que vivem da tradição que aí fez aparecer um profeta, um túmulo venerado, uma pedra tombada do céu ou uma imagem trazida pela água, não poderemos dizer com Vidal de La Blache: "La nature prépare le site et l'homme l'organise pour lui permettre de répondre à ses désirs et à ses besoins" (14).

Bem raras vêzes, no caso de cidades religiosas, a natureza preparou o sítio mais adequado, embora seja bem verdade que aí mais do que em qualquer outro local, o homem soube tirar proveito do acaso que fez da sua cidade um centro de peregrinações, respondendo a essa solicitação com um máximo desenvolvimento da função religiosa.

Além da origem, um laço comum une as cidades que vivem de peregrinações, sejam elas de brâmanes, maometanos ou católicos: são cidades que atraem massas de população estranhas ao local, vindas das proximidades ou de longe, em determinadas épocas do ano, por um prazo curto e cuja população autóctone tem os seus interesses em grande parte ligados ao culto aí venerado ou à sua exploração.

Nesse particular, essas cidades se assemelham muito aos centros de turismo, cuja população efêmera se acumula em certas épocas do ano, emprestando-lhes um aspecto de movimento e efervescência, para logo após caírem num período de quase marasmo, entregues de volta aos moradores locais.

Nas áreas de colonização ibérica, como na América Latina, por exemplo, é inegável a marca da civilização católica, difundida pelos conquistadores portugueses e espanhóis. Nossa civilização latina, principalmente nas áreas urbanas, herdou da instalação e povoamento europeus a influência da Igreja na formação e no desenvolvimento das cidades.

---

(14) — BLACHE, V. de La — La Géographie Politique d'après les écrits de M. Fr. R. Ratzel, p. 107.

Deparamos tão comumente com o fator religioso no fenômeno urbano brasileiro que a quase totalidade das cidades coloniais brasileiras e boa parte das de formação mais recente têm, destacadamente, em seu calendário, o dia do santo padroeiro e de outras festividades católicas. Cada uma das comemorações da Igreja atrai para o centro urbano uma população vinda das redondezas; com ela, aventureiros de toda a espécie e origem, especialmente exploradores do comércio ambulante, dos divertimentos, dos vícios e das credenças populares. Algumas dessas festividades religiosas são destacadamente conhecidas, tais como, para citar apenas as do Estado de São Paulo, as de São Roque, Roseira, Itapira, Aparecidinha (próximo a Sorocaba), Santo Estêvão (próximo a Lindóia), Santa Branca, Piedade, São Luís do Paraitinga, Nazaré Paulista, Tremembé, Socorro, Areias e outras.

Mesmo os velhos centros urbanos não marcados pela função religiosa têm, em nosso país, origens em que, comumente, a influência católica do colonizador luso-brasileiro foi bem manifesta na fundação de patrimônios religiosos. Até os fins do século XIX a prática da doação de terras a um Santo e a construção de uma capela, que ainda hoje persiste em certas áreas do país e do Estado, era quase regra (v. 13 e 15).

No Estado de São Paulo, quatro centros são conhecidos não só por atrair população de localidades distantes no próprio dia da festa do Santo padroeiro, como também por receberem peregrinos isolados ou organizados em romarias durante o ano. São eles: Aparecida, Iguape, Bom Jesus dos Perdões e Pirapora do Bom Jesus.

Como se pode notar na carta de localização desses centros religiosos, (V. Fig. 1), a proximidade da água é um elemento presente na maioria deles. Um relêvo movimentado é outro fator em todos os casos, embora em Iguape seja apenas assinalado pela localização em nível de terraço marinho sobre planície aluvial, junto a um morro (morro dos Engenhos) (22).

---

(13) — AZEVEDO, Aroldo de — "Embriões de cidades paulistas", pp. 57-59.

(15) — DEFFONTAINES, Pierre — "Como se constituiu no Brasil a rede das cidades", pp. 299-308.

(22) — PETRONE, Pasquale — "A Baixada do Ribeira", p. 364.

Aparecida teve um caráter estritamente religioso na sua origem. Em 1717, foi encontrada a imagem de Nossa Senhora, por pescadores do Rio Paraíba do Sul, dando-se início à aglomeração. Elevada à categoria de vila em 1842, só em 1848 foi construída a Igreja para abrigar a imagem. Localizando-se próxima a Tremembé, onde o Bom Jesus já era cultuado pelos moradores das cercanias, o achado deslocou o movimento de peregrinos. No início, a atração exercida foi regional; mas com o progresso dos meios de comunicação, Aparecida viria a ser o centro religioso nacional, por excelência.

Iguape é bem mais antiga e sua fundação não teve idêntica manifestação na origem. Fundada em 1538, foi elevada à categoria de vila em 1635. Só em 1647 a imagem aí venerada, do Bom Jesus, foi encontrada na vizinha praia de Una, junto ao Rio Pussauna, por dois indígenas. Cidade decadente desde os princípios do século XX, tem sua pacata vida transformada durante as festas de agosto, atraindo de 15 a 20.000 peregrinos (59 e 60).

Bom Jesus dos Perdões, novo Município desmembrado de Nazaré, em 1959, deve sua existência à aparição da Imagem do Bom Jesus, em maio de 1706. Só aqui, o achado não se encontra ligado à água. Menos conhecida, atrai peregrinos das redondezas, vindos de Bragança, Atibaia, Jarinú e do Sul de Minas.

Pirapora do Bom Jesus, que escolhemos para o presente estudo, era apenas pequena fazenda, originada por sesmaria de 1625, quando, em 1724 foi encontrada a imagem de madeira tósca em um pesqueiro à beira do rio Tietê. Há, a partir de então, referências, de início vagas, a peregrinações provenientes da vizinhança.

E' interessante notar que, com uma única exceção, o encontro da imagem se deu sempre da mesma maneira, surgindo das águas. A época dos encontros e o início dos milagres atribuídos às imagens foram, em três dos casos, o início do século XVIII. Lendas contemporâneas da época, comuns a esses quatro centros religiosos, reconhecem-se nas origens e no início do culto. Assim as que atribuem aos Santos a teimosa preferência por se fixarem em determinado local: aquele em que foram erigidos os Santuários posteriormente.

(59) — Jornal "Fôlha da Manhã" de 21-8-1949.

(60) — Jornal "A Voz de Anchieta", de agosto de 1951.

Em qualquer dos casos, estamos diante de núcleos antigos de colonização portuguesa. Iguape é o mais velho desses núcleos, mas, isolada no litoral Sul do Estado, pèssimamente ligada, no passado, com núcleos urbanos importantes, situação essa que em parte permanece, exerceu uma atração tardia com centro religioso. Já Aparecida, bem articulada com os dois maiores centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, e Pirapora, nas proximidades de São Paulo e de outros centros demográficos importantes, foram mais favorecidas pela circulação, atraindo desde cêdo peregrinos, não só individualmente como organizados em romarias.

O raio de atração exercido por êsses centros religiosos, com exceção de Aparecida, em nossos dias, é nitidamente regional e o tipo humano que os frequênta é o *caipira*, antes de tudo. Só Aparecida, conhecida e visitada por populações de quase todos os estados da União, recebe devotos das mais diversas classes sociais. E nisso pesa não só a sua magnífica posição geográfica, como a própria atitude difundida nas massas católicas, que preferem endereçar seus pedidos à Mediadora, a Mãe de Deus.

Cada um dos centros religiosos mencionados, assim como outros tão característicos da vida brasileira, por exemplo Bom Jesus da Lapa (Bahia), Joazeiro (Ceará), oferece campo para pesquisas não só dos geógrafos, como de outros estudiosos dos problemas humanos.

Para os do Estado de São Paulo verificamos que, embora conhecidos e já explorados no campo do Folclore, ainda não haviam merecido um estudo geográfico específico. Resolvemos então nos lançar à tarefa, não só pela importância dos fatos ligados à própria manifestação de religiosidade que envolve consideráveis massas de população, como porque julgamos estar em face de um fenômeno marcante nas relações entre cidade e campo em nosso país.

Para início de pesquisa, nossa escolha recaiu sôbre Pirapora do Bom Jesus, por termos achado aí o exemplo mais típico, no Estado de São Paulo, de cidade de função religiosa que exerce influência regional apenas por essa função. A proximidade da Capital Paulista influenciou também a nossa preferência inicial.

O presente trabalho deve, assim, ser encarado como parte dos estudos que, com o objetivo de interpretar as relações meio e ho-

mem na sociedade brasileira, sob a influência do fator religioso (e freqüentemente místico) estamos agora encetando.

Sendo tôdas essas cidades religiosas centros de tradição, fomos forçados a incursionar, freqüentemente, no passado, para explicar muitos dos aspectos atuais. Cumpre lembrar que não contamos, praticamente, com dados estatísticos referentes ao passado. Pirapora só recentemente desmembrada de Sant'Ana de Parnaíba, pertenceu sucessivamente, no passado, a outros Municípios, sendo a documentação esparsa e falha. Procuramos suprir essa falta com a pesquisa "in loco" e com a análise de documentos antigos (Jornais, atas da Mesa Administrativa da Capela, atas da Câmara de Pirapora). Tais documentos revelaram-se excelente fontes de informação, mas fragmentárias. Apoiamo-nos, igualmente, no registro do passado, em informantes escolhidos entre pessoas de idade. Foram ainda elucidativas as análises meticolosas de fotografias aéreas, por estarem aí registrados não só os fatos presentes da ocupação do solo como as marcas deixadas pelo passado.

Nosso trabalho resultou, portanto, de pesquisas no campo, consultas à documentação histórica nos arquivos (do Estado, da Cúria Metropolitana de São Paulo e da Paróquia de Pirapora do Bom Jesus, (V. 1 a 11), assim como do manuseio de bibliografia geográfica (V. 12 a 22), geológica (V. 23 a 28), histórica (V. 29 a 51), sociológica (V. 52 a 54), técnica (V. 55 a 58), interessando à região, de jornais e revistas (V. 59 a 64), da interpretação de cartas de caráter geral e regional (V. 65 a 69) e da interpretação das fotografias aéreas verticais nas escalas de 1/5.000 e 1/10.000. (V. 70) (\*).

Com exceção de um único trabalho datado de 1937 (54), não existe estudo específico algum sôbre a área de Pirapora. Aquêl trabalho, de caráter sociológico, onde a cidade é retratada no seu aspecto festivo de cada ano, com suas procissões, suas tendas de peregrinos e barracas de comércio, suas danças e músicas, dá, no entanto, uma idéia bem clara do reflexo da festa na vida de rela-

(\*) — A bibliografia consultada encontra-se citada no fim do trabalho.

(54) — VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner — Descrição da festa do Bom Jesus de Pirapora.

ções da cidade e na própria estrutura urbana. Não só nesse sentido, mas também dando margem a comparações com fatos atuais por nós observados, o trabalho citado nos foi de grande valor, como base para a pesquisa de campo.

Contamos com a ajuda preciosa de fotografias aéreas verticais da cidade de Pirapora, gentilmente tiradas pela Fôrça Aérea Brasileira para o nosso trabalho. À base dessas fotografias, pudemos elaborar várias cartas, tais como ocupação do solo, esbôço geomorfológico e construir, em detalhe, a planta da cidade. Deixamos consignada nossa gratidão aos distintos oficiais da Base Aérea de Cumbica, cujo espírito de colaboração e compreensão para com os problemas da cultura é louvável. Devemos um agradecimento especial ao Major Aviador Carneiro de Campos, chefe da Secção de Aerofotogrametria.

Não podemos deixar de lembrar ainda a colaboração desinteressada e amigã, que tivemos por parte de nossos companheiros de trabalho, professôres Dr. Alfredo Bjomberg, Alúisio Castanho, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Elza Coelho de Souza Keller, Dr. João Dias da Silveira e Jurgen Langenbuch que, além de nos acompanharem ao campo, nos deram sugestões valiosas.

Uma palavra de agradecimento àqueles alunos da secção de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro que, na excursão didática organizada pelo seu Departamento de Geografia, por ocasião da festa do Bom Jesus de Pirapora (6 de agosto de 1961), nos emprestaram sua jovial cooperação.

Também agradecemos à Enga. Zilda Perroni, chefe da Secção Geográfica do I.G.G., ao Professor Alceu Maynard Araújo, aos prefeitos das cidades de Pirapora e Sant'Ana do Parnaíba, aos padres do Seminário de Pirapora, aos funcionários do Arquivo do Estado e da Cúria Metropolitana de São Paulo, que nos facultaram o acesso às fontes de informação, para a elaboração dêste trabalho.

Ao Prof. Dr. Ary França, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a quem devemos, além da sugestão do tema, a orientação das pesquisas, o nosso fraternal reconhecimento.





FOTO 1 — Vista geral de Pirapora do Bom Jesus, destacando-se no primeiro plano o Rio Tietê e a ocupação urbana da margem esquerda, concentrada em torno da Igreja. Ocupando uma posição mais elevada, o Seminário dos Padres Premonstrantenses, domina a cidade. Observe-se a precariedade do sítio da cidade e o relevo vigoroso da área. Ao fundo alguns cultivos atuais, numa área degradada pelas culturas do passado e uma pedreira de calcário à margem direita do rio. (Foto E.N.F.A., 1957).

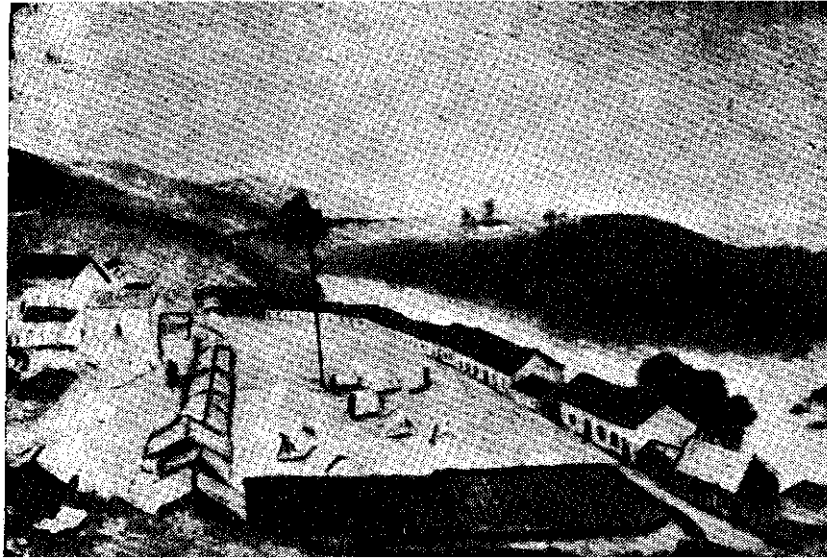


FOTO 2 — Vista geral de Pirapora na primeira metade do século XIX (paisagem de Hércules Florence reproduzida à p. 166 de "Peregrinação pela Província de São Paulo" de A. Emilio Zaluar).

## II — ALGUNS FATORES GEOGRÁFICOS

Pirapora do Bom Jesus, aglomerado urbano, localizado à margem esquerda do rio Tietê, a cerca de 30 km. à jusante da área de povoamento contínuo da cidade de São Paulo (\*) é um dos pequenos centros de vida urbana que gravitam em torno da grande metrópole. Não hesitaríamos em inclui-lo na "Grande São Paulo", como satélite cujo destino é inseparável. Não é, certamente, um subúrbio da Capital paulista, faltando para tal os elos de estrutura e função. Ao contrário, tem muito de característico quanto à organização do espaço e da paisagem urbanos e de bem marcada personalidade funcional como ponto de atração religiosa.

---

(\*) — Dista 54 km, por estrada de rodagem, do centro de São Paulo.

A vizinhança da cidade de São Paulo tem sido, sem dúvida, fator permanente na vida da reduzida aglomeração. Desde o seu primeiro núcleo, no início do século XVIII, vem respondendo às relações com a região à montante, apesar de longa fase em que as dificuldades da circulação dominaram, quando se esboçou mesmo o isolamento. Já antes de seu nascimento, tais obstáculos se evidenciaram como fator humano importante na área atravessada pelo Tietê ao deixar a bacia de sedimentos flúvio-lacustres (24) do Alto Curso. Aí, de um lado as corredeiras obstruíam a navegação; de outro lado, a circulação por terra tornava-se muito difícil, devido ao acidentado da região. Como o rio continua encachoeirado ainda abaixo, até onde hoje se encontra a cidade de Salto (aproximadamente 50 km), as monções se iniciavam em Pôrto Feliz, local atingido pelo caminho dos bandeirantes, depois de contornar a região montanhosa à saída de São Paulo.

A navegação no Tietê, hoje praticamente nula, nunca foi especialmente importante para a região em que está Pirapora. Mello Nóbrega cita os viajantes antigos que se referiam às dificuldades em atravessar as corredeiras, o que obrigava ao desembarque e transporte das embarcações pela mata (38).

Em fase posterior, já lançado o embrião da cidadezinha, o mesmo relêvo movimentado, que força o rio a se estreitar e encachoeirar na área de Pirapora, iria dificultar a abertura de estradas, desviando-as da região. É interessante constatar como, depois da fundação em 1725 (data do provisionamento da Capela), mais de século e meio decorre na quase obscuridade histórica; quando o que mais reclamam vereadores e moradores locais, dirigindo-se às autoridades provinciais é contra o mau estado das estradas e pontes, frequentemente protestando pela paralisação completa da circulação, destacadamente na estação chuvosa do verão (3).

As primeiras fases da evolução da cidade e de sua área de influência, de que trataremos no capítulo seguinte, seriam assinala-

(24) — FREITAS, R. O. de — "Sobre a origem da bacia de São Paulo", p. 16.

(38) — NÓBREGA, Mello — História de um Rio (o Tietê), p. 153.

(3) — Documentos de Pirapora — em especial, Relatório Geral das Estradas apresentado pela Câmara de Pirapora em 1860 — Arquivo do Estado.

das, dessa forma, por uma luta contra o isolamento. Só a partir das duas últimas décadas do século XIX, porém, e coincidindo com o desenvolvimento da atividade religiosa, Pirapora do Bom Jesus quebraria de vez a contingência desfavorável em que se colocou no passado, valorizando a posição geográfica. O ano de 1880, quando foi construída a ponte de ferro, lançada sobre o Tietê ao lado da área central da cidade, passaria a ser marco da nova fase, que vem até os dias atuais, quando Pirapora se integra numa circulação regional. Passa a conhecer, a partir de então, paralelamente ao desenvolvimento de sua principal atividade — a de centro de peregrinação — a função de cidade-ponte, valorizada pelo próprio fato de os caminhos do passado extinguiem-se em outros pontos, à margem do rio. A ponte que não foi a primeira, mas foi definitiva, possibilitou à Pirapora do Bom Jesus o estabelecimento de contactos, que se tornaram usuais com os núcleos de povoamento localizados para além da margem oposta, inclusive com cidades como Cabreúva, Itu, Jundiá, Piracicaba e Capivari. Com o tempo essa posição se consolidaria ao lado da afirmação da cidade como centro de atração religiosa.

Assim, a construção do trecho São Paulo-Itu da estrada Oficial São Paulo-Mato Grosso em 1922 ao consagrar a passagem pela ponte de Pirapora fixaria, na região e na cidade por longos anos. (até 1952, ano de abertura da moderna estrada para Itu, que sai da Via Anhanguera, na altura de Jundiá), uma situação geográfica favorecida.

Uma boa estrada é capaz de fazer captações; foi o que aconteceu quando as principais comunicações por estrada de rodagem para Itu e daí para Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo, desviaram-se, passando ao Norte da região de Pirapora.

Nem mesmo a nova pavimentação da velha estrada para Itu, em 1957, conseguiria reanimar a função regional exercida pelo sinuoso e antigo percurso, que valorizara por um instante a posição da cidade de Pirapora. Aquela melhoria introduzida na velha via de acesso de São Paulo a Pirapora, compensaria, em grande parte a perda sofrida como centro intermediário de passagem, pois tornou muito mais cômoda a ligação com a Capital, reduzindo para metade o tempo da viagem por carro. Assim, Pirapora consolidaria sua po-

sição de satélite de grande centro urbano e poderia desenvolver maior atração, especialmente visitantes de fins de semana.

As dificuldades da circulação na região, onde se localiza Pirapora do Bom Jesus, são comuns a outras vizinhanças de São Paulo, derivando diretamente do relêvo muito acidentado, que caracteriza as áreas afetadas pelo tectonismo no planalto paulistano (25) e, ainda, como é bem o caso da passagem heróica do Tietê à jusante da bacia de São Paulo, de fortes diferenças litológicas.

Os níveis mais elevados, que não ultrapassam os 900 m. na região, são constituídos por testemunhos quartzíticos da erosão diferencial. Esses quartzitos acentuam os declives abruptos das serras, formando nas circunvizinhanças de Pirapora, os cimos do Boturuna e do morro do Caveté.

O rio Tietê, que deixa a bacia terciária de São Paulo a 713 m de altitude, depois de correr aproximadamente 30 km, chega a Pirapora com 665 m. O desnível, que aparentemente não é muito grande, na realidade é muito forte, pois o rio passa a se encaixar no cristalino, um pouco à montante de Parnaíba, na altura de Barueri (mais ou menos na metade de seu percurso de São Paulo a Pirapora). Nos primeiros quilômetros do percurso no cristalino, a declividade é suave, quase como na bacia sedimentar paulistana. Mas, já na altura de Parnaíba, em passado geológico próximo (pleistoceno?), o rio se viu bloqueado por falhas, que se iniciam nas vizinhanças de Barueri e que prosseguem, sucedendo-se até muito à jusante de Pirapora.

Essas falhas, pequenas, têm sido constatadas em Barueri, em Sant'Ana do Parnaíba e em Pirapora. O falhamento da região teria obrigado os blocos a se elevar, barrando o curso d'água, que foi forçado a represar, formando a sedimentação de que se originou a bacia sedimentar de São Paulo (24 e 25).

Depois de sedimentar, em longa fase flúvio-lacustre, o Tietê rompeu definitivamente a barreira formada pelos blocos originados das falhas normais, encaixando-se, formando meandros muito freqüentes

(25) — KING, Lester C. — Geomorfologia do Brasil Oriental, p. 257.

(24) — FREITAS, Rui Osório de — Sobre a origem da bacia de São Paulo, p. 16.

(25) — KING, Lester C. — op. cit., p. 256.



FOTO 3 — Um aspecto do relêvo de blocos falhados; ao fundo, à direita a vertente Boturuna que domina o sítio da cidade, constituindo uma das cristas quartzíticas que correspondem ao nível mais elevado. (Foto Mauro Pontes, 1961)

e passando por uma sucessão de saltos e corredeiras, que atestam uma adaptação à estrutura muito peculiar desta região cristalina.

O cristalino, localmente, é o formado pela série São Roque ou Açungui, de rochas metamórficas e bem conhecida por apresentar um relêvo movimentado e profundamente perturbado.

Os níveis mais elevados na zona (M. do Boturuna, M. do Cavetá, M. da Viúva, M. Jaguaçoara), correspondem, quase sempre, à presença do quartzito, cuja direção é N-60-80 E, com mergulho de 68 N. Porém, às vezes é o xisto encontrado em algumas dessas elevações; nesse caso, êle é sempre apoiado por veios de quartzo, paralelos à xistosidade geral, que o preservaram da erosão.

A parte mais baixa, de colinas que se elevam a pouco menos de 30 m sôbre o nível do rio, é formada pelo anfíbolito.

Entre êsses dois níveis, aparece outro intermediário, mais geral, que corresponde ao xisto.

Êsses três níveis, que correspondem aos anfibolitos, aos xistos e aos quartzitos ou xistos apoiados em veios de quartzo, constituem os patamares de erosão, formados pela resistência diferente à denudação. O anfibolito, menos resistente ao intemperismo químico, foi erodido com facilidade, enquanto o quartzito, mais resistente, preservou da erosão os pontos mais elevados. O solo resultante da decomposição dessas rochas é pouco espesso nesta área de montanhas e morros trabalhados pela erosão, aparecendo os de côres amarelada, esverdeada e castanha no anfibolito. O xisto dá um solo avermelhado e variegado, enquanto o quartzito dá um solo claro e o calcário a característica "terra rossa".

As falhas podem ser reconhecidas em todo o conjunto, evidenciando-se nos afloramentos de rocha e podendo ser reconhecido o seu papel escultural no relêvo (foto 3).

O falhamento no xisto, muito difícil de ser observado devido à meteorização sempre avançada nas exposições da rocha, pode ser visto, por exemplo, no caminho que sai à direita da estrada para quem vem de São Paulo, à altura do km 51. Nas pedreiras de calcário, numerosas no Município, pode-se verificar o mesmo tipo de falhamento e constatar que é transcorrente e normal.

O rio Tietê obedeceu, como é natural, à estrutura geral imposta pelos falhamentos na região, onde se situa Pirapora. Encaixando-se e adaptando-se rigorosamente ao basculamento dos blocos falhados, às diferenças litológicas, sedimentou porções exíguas, aqui e ali.

A inclinação geral do falhamento é para W, mas em Pirapora alguns blocos menores foram basculados em direção inversa, de modo que seus topos se inclinam para SE (25).

Parece que no sítio em que se assentou a cidade de Pirapora, o anfibolito impôs-se ao xisto, perturbando a direção original deste

---

(25) — Op. cit., p. 257.

PIRAPORA DO BOM JESUS

MORFOLOGIA DO SÍTIO URBANO

Croquis baseado em aerofoto na escala aproximada de 1:10.000, incluindo algumas observações de campo.

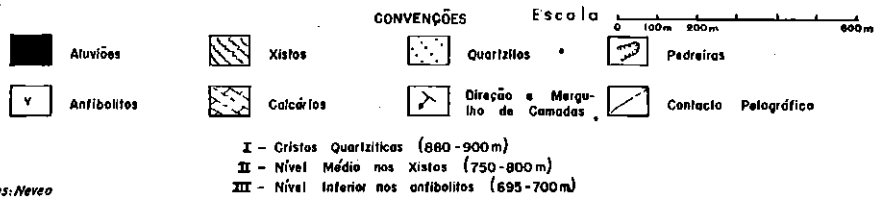


Fig. 2



último que aparece em alguns locais, alinhado segundo N-50W a E-W (\*).

Tôda a cidade de Pirapora do Bom Jesus se acha assentada sobre os anfibolitos e só em alguns raros pontos aparecem depósitos de aluvião recente. Estes depósitos nem sempre são reconhecíveis, por estarem freqüentemente encobertos por material de talude das elevações vizinhas.

A parte principal aproveitou uma pequena depressão à margem do rio, circundada por morros que se elevam uns 30 m acima daquele (morros do Cemitério, Seminário e da margem direita do rio, em frente a ponte) e são o traço morfológico característico da esculturação no anfibolito, à margem do rio (Fig. 2).

Acima do nível dos anfibolitos, cujos afloramentos se elevam a uma altitude máxima de 760 m, aparece o já citado nível intermediário, característico na zona, e esculpido nos xistos metamórficos (\*\*). A direção geral dada pelos xistos (N-80W), é seguida não só pelos anfibolitos como também pelos quartzitos encontrados nos níveis mais elevados e pelos calcários intercalados no meio do xisto. Nas vertentes dessas colinas, encontram-se blocos quartzíticos, rolados de cima.

No espaço em que se fixou Pirapora, morros mais elevados, intermediários e o talvegue do Tietê sucedem-se à pequena distância, imprimindo grande movimentação ao sítio conquistado pela cidade.

Difícilmente se encontrará no Estado de São Paulo, um sítio urbano mais hostil. E' limitadíssimo, tolhendo as possibilidades de expansão. Estrangula o espaço dificilmente conquistado pelo homem e impõe, com as linhas da estrutura urbana, tôda espécie de dificuldades. (Fig. 2 e Foto 1).

Assim as casas foram obrigadas a amontoarem-se, umas pegadas às outras, sem espaço para quintais e jardins. Há escassez de pra-

(\*) — Informação gentilmente prestada pelo geólogo Dr. Alfredo Bjomberg, em reconhecimento preliminar da área.

(\*\*) — A altitude do nível mais baixo é de 695 a 700 m. A do nível intermediário, de 750 a 800 m, enquanto o das cristas de quartzitos está entre 890 a 900 m.

ças e de logradouros públicos; na busca de espaço e de ar livre, a maior construção urbana, o Seminário, foi forçado a saltar para o morro (Foto 1); as casas subiram as encostas, por exemplo, na saída para São Paulo e a zona de crescimento recente teve de ganhar a outra margem do rio, conquistando terrenos ondulados já distantes do centro e com êste mal articulados.

Como é um centro religioso, cuja existência se deve a afluência de forasteiros, os problemas do sítio refletem-se ainda de maneira mais cruciante nos acessos à cidade. Aos domingos e em dias de festa, especialmente, as entradas estreitas, íngremes e sinuosas vêm-se atravancadas de veículos, que muitas vezes não conseguem atingir o centro, bloqueando vários quilômetros de estrada (Foto 5).

Nem mesmo o sítio original da aglomeração, que corresponde à praça da Matriz (Fig. 4), pode ser considerada favorável, tal a exiguidade do espaço plano.

Porém, um fator nos parece favorável nesse espaço urbano, torturado pelas contingências da topografia: o contacto com o rio, as suas ilhas e a travessia fácil, isto é, o local para a ponte, que valorizaria a posição.

Os que fixaram e edificaram Pirapora, no passado, não a prepararam para a expansão urbana futura, ao escolherem um sítio com tão poucas possibilidades, incapazes de acolher cidade dotada de elementos de expansão, como seria, certamente o centro de peregrinação do Bom Jesus sob outras condições de local. Não resta dúvida, porém, que o local apresenta atrativos pelo pitoresco da paisagem.

### III — ASPECTOS DA VALORIZAÇÃO ANTERIOR DA ÁREA

Pirapora, antes do encontro da imagem que lhe deu fama e justificaria o seu atual nome (Pirapora do Bom Jesus), era citada apenas como um povoado, no caminho muito conhecido para as minas de Araçariguama, situadas ao norte, à distância de cerca de 8 km. Referências ao local, sempre lacônicas, podem ser encontradas já em obras de historiadores que compulsaram documentos do século XVII (V. por ex., 29-38-45) e mesmo os registros da paróquia de Parnaí-

ba, valiosos para a reconstituição do passado regional, especialmente do século XVIII, referem-se espaçadamente ao povoado, à povoação ou à freguesia de Pirapora, sem lhe dedicar maior atenção (10).

O rio Tietê, correndo em terreno bastante acidentado desde Sant'Ana do Parnaíba até a jusante de Pirapora, serviu muito pouco, nesse trecho, como caminho natural aos bandeirantes que se dirigiam às minas de Cuiabá pela via fluvial do velho "Anhenbi" à procura de ouro (33 e 49).

Não está situada a pequena aglomeração, porém, no percurso mais difícil do rio; nem o vale é aqui, como em outros trechos, "canyon", à jusante, tão profundo ou vigoroso que impeça o acesso ao local. É possível mesmo, embora não pudéssemos comprovar, que a travessia do curso d'água (outrora, antes das obras hidrelétricas, encachoirado e, ainda hoje, estreito), com ou sem apoio nas ilhas locais, fôsse um dos atrativos do sítio de Pirapora. A cidade desempenharia, então, função de passagem, como cidade-ponte. Esse papel lhe estaria reservado posteriormente e, ainda hoje, não pode ser ignorado quando se procura caracterizar as suas mais significativas atividades.

Destacam-se, assim, nos primórdios da vida de relações da pequena aglomeração, os problemas ligados à circulação. Nos documentos da câmara de Pirapora há uma predominância de comunicados ao Governo Provincial sôbre o mau estado das estradas, intransitáveis durante as chuvas e, às vêzes, mesmo na estação sêca; tortuosas, mal construídas e pèssimamente conservadas, sem pontes, obrigando a passagens por barco. Quando existiam pontes, sempre estavam, a

---

(29) — AZEVEDO MARQUES, M. E. — Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, p. 94.

(38) — NÓBREGA, Mello — Op. cit., p. 176.

(45) — SILVEIRA CAMARGO, Padre P. F. — Notas para a História de Parnaíba, p. 44.

(11) — Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Parnaíba.

(33) — JUZARTE, T. J. — Diário de Navegação, pp. 54-55.

(49) — TAUNAY, A. de E. — Relatos Monçoeiros, p. 162.

acreditar nos repetidos apêlos, em estado deplorável, prestes a ruir, oferecendo perigo ao trânsito (\*).

Em 1829 a estrada que ligava Pirapora a Parnaíba e a Pôrto Feliz já era muito conhecida e freqüentada; por ela se efetuavam as trocas e chegavam os peregrinos. Contudo, a falta de ponte sôbre o rio Tietê, que seria construída sômente entre 1840 e 1850, dificultava o comércio com Itu e Pôrto Feliz.

Em 1847 é aberta uma estrada para a Vila da Constituição (Piracicaba), prolongada dois anos depois até Capivari. Essas estradas eram conservadas pelos proprietários de terra por onde passavam; quando em terras devolutas, a Câmara se encarregava da sua manutenção.

Durante meio século, no entanto, a Câmara de Pirapora lutaria pela abertura de novas estradas (para Tatuí, Pôrto Feliz e Botucatu, por exemplo), pela conservação das pontes e melhor traçado para as estradas já existentes. Só a partir de 1880, seria construída a ponte definitiva sôbre o Tietê, em ferro, por conta da Capela; em 1922 seria inaugurada a estrada para Itu.

Porém, em um passado mais remoto, não seria a circulação de caráter geral, que passasse pela região, um fator a atrair povoadores. Assim, na primeira fase que ficou assinalada na vida de Pirapora, o Tietê, embora na rota mais freqüentada pelos bandeirantes, não canalizaria pela região as correntes de povoadores que se dirigiam para Mato Grosso. Nem foram os minérios do Brasil Central que, nos séculos XVII e XVIII, quando Pirapora ensaiava os primeiros passos como centro de limitada influência regional, atraíram para suas áreas próximas os povoadores, no ciclo do ouro.

O foco atrativo era a mineração, mas efetuada nas redondezas, para extrair os minerais contidos nas rochas cristalofílicas da Série denominada Açungui ou São Roque (Algonquiano). O ouro viria a ser prospectado na Serra do Boturuna, destacado maciço que se ergue ao Sul de Pirapora e na jazida do Cacupé, localizada junto ao Ribeirão Ponunduva. Outros pontos próximos, que conheceram exploração do minério são freqüentemente citados na historiografia do ciclo do ouro e das pedras preciosas, mas de difícil ou impossível iden-

---

(\*) — Atas da Câmara de Pirapora — Arquivo do Estado.

tificação atual. A Serra do Japi, à margem direita do Tietê, na altura do então povoado de Pirapora, foi, então, um dos maiores atrativos para os que se aventuravam na procura do metal.

Em 1822 há referências sôbre a exploração de ferro no Morro Branco, localizado a cêrca de 9 km de Pirapora, sendo apontado o minério como de alto teor ferrífero e baixo ponto de fusão (36).

A existência do carvão de pedra também foi constatada na área, mas nunca houve exploração dêsse mineral.

Nenhum empreendimento em tórno da mineração ficaria, porém, tão assinalado na região como a fracassada tentativa, que data do século XVIII, de desvio do curso do Tietê (23 e 38) numa grande curva, cêrca de 2 km à jusante de Pirapora, junto à foz do afluente Santa Quitéria, local conhecido, desde então, como "O Rasgão". O que se visou foi esvaziar o leito do rio para a garimpagem; mas a empresa era superior aos recursos da época, sobretudo no meio rural em que surgiu. Tudo conspirou contra: a resistência da rocha, os planos mal traçados, a incerteza quanto ao resultado do esforço. O Rasgão é hoje um símbolo da fase da mineração do passado, marcada pela busca do ouro e de pedras preciosas, que desapareceria em tórno da metade do século XIX. A atividade mineradora só voltaria à região um século depois, portanto, já em nossos dias, mas sob aspectos e interêsse completamente outros, a mineração, subsidiária da grande concentração industrial de São Paulo, que será estudada em local apropriado, neste trabalho.

Se o vale fluvial foi, até certo ponto, fator negativo no passado, pela agressividade do relêvo, a intimidade com o rio, por outro lado, fêz nascer, nos primórdios da instalação na área, uma atividade de importância para a subsistência dos antigos moradores: a pesca. Encontramô-la citada principalmente nos documentos do século XVIII; mas, a julgar pelo exemplo da própria cidade de São Paulo, quinhentista e seiscentista, deveria constituir para os que primeiro se instalaram na movimentada passagem heróica do Tietê, um dos

(36) — MACHADO d'Oliveira, J. — Obras escolhidas, pp. 313 e 314.

(23) — ANDRADA E SILVA, J. B. e Ribeiro de Andrada, M. F. — Viagem mineralógica pela Província de São Paulo, p. 66.

(38) — NÓBREGA, Mello — Op. cit., p. 124 e outros.

recursos mais procurados; embora sendo uma atividade que, em Pirapora, não tivesse tido significado para o seu desenvolvimento, nem deixado marcas. É certo que a região se destacou pela piscosidade, atraindo pescadores de rio-abaxio (área da depressão paleozóica do Estado de São Paulo) como os de Ararituaba (atual Pôrto Feliz), Itu, Sorocaba, Jundiá e outros núcleos de concentração demográfica na região.

Além dessas explorações extrativas e representando maior estabilidade e continuidade no povoamento antigo, existiu a agricultura. A cana no século XVIII, reaparecendo esporadicamente no século XIX, e o café, a partir de meados do século passado, representaram os produtos de venda de maior importância, marcando épocas e paisagens. Os tradicionais produtos da subsistência caipira, milho e feijão, e também a mandioca, foram e estão representados na região. O algodão fazia aparecimento episódico, na década de 1860, como nas demais regiões agrícolas do Estado, ao tempo da Guerra de Secessão dos Estados Unidos.

Em contraste, a criação de gado jamais conseguiu ultrapassar, quer pelo porte, quer pelos métodos empregados, a já modesta agricultura (3).

Foi o café, sem dúvida, a cultura que deixou mais vestígios na paisagem regional. Ainda hoje podem ser reconhecidos, nos morros vizinhos a Pirapora, os alinhamentos das antigas culturas, acompanhando a declividade do terreno. As fotografias aéreas permitem identificar tais traços e também os de algumas sedes de fazenda, que, no terreno, dificilmente se evidenciam a quem simplesmente percorre a região. Os dados estatísticos são quase inexistentes para a área específica do Pirapora, integrada como esteve, e até há pouco, no Município de Parnaíba (\*).

---

(3) — É verdade que em 1859 a Câmara menciona ser o número de cabeças de gado vacum superior às necessidades de consumo da cidade, sendo o excedente vendido para Itú. Várias tentativas infrutíferas foram feitas, por outro lado, para a introdução de carneiros na área (Comunicado de 1854 — Arquivos da Câmara de Pirapora).

(\*) — As referências à existência do café são assinaladas nos documentos da Câmara de Pirapora. Por volta da segunda metade do século XIX, é mais freqüentemente indicado como o segundo produto de comércio, logo

Embora mais comuns as citações de fábricas de açúcar e engenhos de aguardente no passado (3), a cultura da cana, pelo menos nas áreas da vizinhança de Pirapora, não parece haver marcado tão acentuadamente as povoações devidas aos séculos de ocupação agrícola da região. É verdade que, afora alguns restos de engenhos ou de fábricas de açúcar desaparecidos, que não encontramos em torno da cidade, mas de que ficaram tradições, que não podemos confirmar, a ocupação do solo pela cana de açúcar não costuma deixar, como os cafèzais, vestígios tão distintos na paisagem. E os espaços outrora devastados para êsse cultivo, nas condições atuais da paisagem rural, bem poderiam ser confundidos com as conseqüências ocasionadas pelas típicas culturas caboclas. As culturas de subsistência já citadas, do milho, do feijão, da mandioca, a que os caboclos brasileiros costumam dar um caráter de itinerância, em contínua rotação de solos, sempre existiram na região e foram designadas, em tôdas as épocas, como *roças*. Pirapora, que ainda as conhece, fornece, sem dúvida, um dos bons exemplos do gênero de vida *caipira*, com a sua população rural predominantemente nacional. Dessa forma, cremos ser possível atribuir, juntamente com os cultivos comerciais do passado, às culturas de roça, a generalizada degradação que se observa nos solos; mas a que não são estranhos, evidentemente, os próprios fatores naturais, em especial a movimentação do relêvo.

Não só por evidências no terreno, nítidas nas fotografias aéreas (manchas de culturas antigas), como por informações colhidas em documentos antigos e oralmente, podemos deduzir que a área produtiva foi bem mais extensa do que a atual. Hoje, mais do que num passado próximo, é geral o estado de extremo abandono do solo, recoberto ora pela mata secundária, ora por capoeiras, entremeadas, de quando em quando, por um roçado, um pasto pobre, e onde se vêem sinais de pequenas plantações antigas de café, ou que foram, recentemente, plantados com eucaliptos.

---

após o açúcar. Em 1856, uma comunicação da Câmara de Pirapora ao Governo Geral da Província (Arquivo do Estado), refere-se à exportação anual de dez mil arrôbas, no valor de 38 contos de réis.

(3) — Documentos de Pirapora — Arquivo do Estado.

Esse aspecto, porém, não é só característico da área de Pirapora. Para quem vem de São Paulo, desde que deixa para trás os sedimentos terciários em que se aloja a Metrópole, e quando penetra em terrenos cristalinos, assinalados regionalmente pelo domínio da Série Açungui, a impressão de pobreza do solo é constante.

Tôda a área rural de povoamento antigo, cortada pelo Tietê, ao deixar a bacia de São Paulo, apresenta aspecto desolador com aproveitamento atual mínimo do solo e de qualquer forma ineficiente, onde as poucas culturas efetuadas são caboclas.

Em Pirapora atual, a produção agro-pecuária do Município é praticamente nula. Afora algumas pequenas plantações de batatinha inglesa, recentemente introduzida por japoneses, há culturas caipiras de subsistência, comercializadas localmente quando há excesso. O número de engenhos, que no século passado, chegou a ser de 70 (1865), reduziu-se a 8 atualmente. A produção de açúcar do passado desapareceu totalmente e hoje os remanescentes da indústria rural da cana fabricam aguardente, destinada ao consumo local.

Nenhuma cultura essencialmente comercial, em qualquer grau de importância regional, pode ser mencionada na região, nos dias atuais. E, mesmo com relação à subsistência da população, a regra, desde o declínio da agricultura, é tudo vir de fora, através de São Paulo, onde se abastecem o comércio local e, também, graças à proximidade, a maior parte da população.

Em consequência direta do declínio da agricultura, que podemos localizar no final do século passado e primeiras décadas do século XX, o centro urbano onde a função religiosa viria a ter primazia, passou a exercer enorme atração sobre o homem do campo. Pirapora, de povoado que era, de área caipira, iria crescer como centro urbano abastecido pelo êxodo rural, de tal forma que entre os seus atuais habitantes predominam os descendentes dos sitiantes e fazendeiros nacionais da redondeza (inquérito urbano), que se destacam no comércio da cidade, especialmente no comércio ambulante.

Nem mesmo a melhora nas condições da circulação, atrás mencionada, ou a proximidade do grande centro consumidor, representado pela concentração urbana da metrópole paulista, conseguiram reanimar a atividade agrícola, até os dias atuais.



## IV — DUAS BASES ECONÔMICAS ATUAIS

Em compensação pelo desgaste dos solos agrícolas, o sub-solo das formações cristalinas dominantes em torno da cidade, iria desencadear, muito recentemente, novo interesse econômico e dar à região e à cidade, novas feições de passagem e de estrutura profissional.

A antiga atividade mineira que havia sido abandonada completamente (3), ressurgiu em novas bases. Não são mais o ouro e o ferro, nem o carvão de pedra que vão atrair o minerador.

As jazidas de calcário, calcário-dolomita caolín (intercalados nos xistos e anfíbolitos da Série Açungui), assim como a exploração dos quartzitos que revestem os níveis elevados dos morros que circundam a cidade, constituem a riqueza mineral do Município. Existe também uma pequena mina de magnetita em exploração e foram verificadas ocorrências de galena argentífera associada a minérios de cobre, ainda não explorada.

O calcário, que aparece beirando a estrutura cristalina é o objeto das mais importantes explorações minerais em torno da cidade. Essa exploração com caráter econômico, data de uns 20 anos atrás. A iniciativa partiu de um italiano, que comprou a pedreira hoje denominada Lolli com o intuito de extrair mármore branco. Mas, como os blocos se revelaram muito trincados, resolveu explorar calcário-dolomita. A Lolli, que engloba ao todo 8 pedreiras, 3 na estrada para Araçariçuama e 5 na estrada para São Paulo, é a mais importante indústria extrativa da região. Possui 80 operários, morando quase todos no próprio local, em casas cedidas gratuitamente, pelo proprietário. Constitui um pequeno núcleo de povoamento, possuindo escola Municipal, Cooperativa, oficina de consertos para a frota de caminhões, casas de operários.

O calcário-dolomita é vendido principalmente para a Petrobrás (que prepara o adubo nitrocálcio) e para fundições de ferro do parque industrial paulistano. São explorados, ainda, a dolomita branca, para tintas e fundentes, a dolomita cinza, para fundições, assim

---

(3) — Em 1856 a Câmara de Pirapora comunica que não existe a indústria de mineração, embora haja grandes probabilidades ou certeza da existência do carvão de pedra.

como o caolin e o quartzito. Não há nenhum beneficiamento local. Quanto ao caolin, é vendido para ser misturado à argamassa de construção (rebôco), ou para fabricação de tijolos silicosos, na própria região, não dando margem a atividades mais nobres da indústria cerâmica.

Há nos dias atuais, cêrca de 12 pedreiras no Município, explorando quase sempre o calcário e, eventualmente, o quartzito, o caolin e o talco; na maioria encontram-se à curta distância do centro urbano e algumas a poucos passos da área urbana (Fig. 4).

Com o custo cada vez mais elevado da gasolina, há a tendência recentíssima na indústria mineira de explorar as jazidas mais próximas ao mercado consumidor, no caso, a cidade de São Paulo, embora o rendimento seja, por vêzes, inferior ao de minas mais distantes.

A atividade mineradora do Município está, em consequência, em franco desenvolvimento e poderá ser, em breve, um nôvo fator de fixação do homem fora da zona urbana, o que, atualmente, não ocorre senão nas pedreiras mais distantes. O reflexo dessa nova função já se delinea na área urbana. Na margem direita do rio, localiza-se uma área do loteamento recente (1956), com habitações modestas, na maioria de operários das minas. Na própria cidade, é notada a influência da atividade mineira, pois aí residem, em grande parte, os que trabalham nas pedreiras próximas.

Por outro lado, já podem ser encontrados na nova atividade elementos estranhos ao local (provenientes de Minas Gerais, sobretudo) que começam a procurar trabalho nas minas de Pirapora e acabam fixando-se na região. Se o ritmo atual das novas explorações continuar, teremos então um fator de crescimento que poderá fazer com que o Município saia da estagnação demográfica em que se encontra há já mais de 100 anos (5).

No aproveitamento de fonte local de energia e, ainda uma vez devido à proximidade do grande centro urbano de São Paulo, reside outro fator recente de valorização da região.

---

(5) — Em 1832 a população da Freguesia de Pirapora (pertencente a Pôrto Feliz), era de 2.486 habitantes. A população atual do Município, cuja área não é muito diferente da antiga Freguesia (29 Km<sup>2</sup>) é de 2.466 habitantes (de acôrdo com "Livros de população de Parnalva" — Arquivo do Estado, e com a estimativa atual do I.B.G.E.).

O rio Tietê, sinuoso e encachoeirado na altura de Pirapora, não tendo servido à navegação franca, nem contribuído para fixar o pescador e o agricultor às suas margens, passou a ser explorado para a produção de energia elétrica. A "Light", companhia que explora a produção e distribuição da energia elétrica na grande região da Capital, construiu, em duas etapas, uma usina (1925) e uma barragem (1955). Só a mais antiga dessas obras teve significado para a vida urbana de Pirapora, pelo fornecimento de energia elétrica e emprego, embora limitadíssimo, como acontece em tais empresas, de mão-de-obra local. Mesmo assim, a Companhia chegou a manter um hospital na cidade, o que não deixou de ser um fato novo e marcante na vida da pequena comunidade.

A barragem, de construção recente, à montante da cidade, não aproveitou a mão-de-obra local, senão esporadicamente. Os piraporanos não vêem êsse empreendimento com simpatia, pois reduzindo o débito do rio a 1 m<sup>3</sup>/seg., na altura da cidade, diminuiu as já limitadas possibilidades de navegação.

A usina de 1925 denominar-se-ia do *Rasgão* e fôra construída no local em que houvera sido tentado o desvio do rio na antiga fase da mineração (v. capítulo anterior). De início, a energia obtida no Rasgão vinha reforçar a da usina Edgard de Souza, localizada em Sant'Ana de Parnaíba (construída em 1901). Hoje, extinta a usina de Parnaíba, que cedeu lugar à barragem de 1955, aquela unidade, antes básica no sistema de energia da Capital, passou a ser subsidiária, funcionando para complementar o suprimento de energia elétrica da região, nas ocasiões de fortes estiagens. Com uma capacidade de 18.539 kw, constitui a menor usina do sistema da "Light".

A barragem de Pirapora deveu-se ao conjunto dos planos que nortearam a construção da usina subterrânea do Cubatão, na base da encosta atlântica (região de Santos) (\*).

(\*) — Trata-se de modesta barragem (capacidade de 75.034.000 m<sup>3</sup> na cota máxima de 698 m), que retém as águas dos afluentes do Tietê, à jusante de Parnaíba (rio Juquerí, ribeirão Ponunduva e outros). Suas águas são elevadas para o reservatório de Parnaíba e daí desviadas para a represa Billings, pelas usinas de recalque de Traição e Pedreira. Em seguida são desviadas para as usinas geradoras de Cubatão. Igual função tem a barragem de Parnaíba, construída na mesma época.

A par com as duas novas atividades, divorciadas das funções tradicionais da cidade, uma outra até agora intimamente relacionada com a função religiosa, que estudaremos no capítulo seguinte, começa a se esboçar. É o turismo, que atrai habitantes da Capital paulista e de outros centros próximos, aos pique-niques e pesca de fim de semana, às margens do rio Tietê. Dezesete barcos para passeio servem ao "week-end", embora vivam também na dependência da principal função de Pirapora do Bom Jesus, a religiosa.

Com a mineração na sua nova modalidade, e a pesca, embora esta sem nenhuma importância econômica, Pirapora vê ressurgirem nos dias de hoje dois dos fatores que fizeram a fortuna da região, no passado. Mas só a sua atração como centro de peregrinação religiosa a torna realmente conhecida e lhe dá as bases essenciais da vida urbana atual.

#### V — A FUNÇÃO RELIGIOSA

A pequena cidade de Pirapora do Bom Jesus existe e mantém-se como centro urbano, graças à atração exercida pelo culto à Imagem do Salvador, em sua Igreja Matriz. A atividade religiosa, que se estende a outras das suas instalações e funções, suplanta todas as demais e as subordina.

Em passado próximo, que podemos situar da segunda metade do último século até as duas primeiras décadas da atual centúria, a pequena aglomeração conheceu a função religiosa que poderemos chamar pura: foi quando, com o desaparecimento da primeira atividade mineradora e a decadência da agricultura comercial (V. capítulo IV) passou a ser um simples povoado caipira, numa área mais ou menos devastada e abandonada em que permaneceram pequenas culturas caboclas de subsistência.

Pirapora, como toda a sua região, regredia então, apesar de a fase da decadência haver coincidido com substancial melhora nas condições da circulação regional (construção da ponte de ferro sobre o Tietê em 1880, mencionada atrás, e caminhos para Itú e Jundiá, além de condições mais favoráveis no contacto com a cidade de São Paulo). Foram fatores que criaram as condições para que se valorizasse o culto religioso, com a exaltação do papel milagroso.

do Bom Jesus de imagem tôska; mas só no meio caipira, envolvendo as comunidades mais próximas e incluindo os habitantes localizados além da margem direita, agora unidos a Pirapora pela ponte e pelos caminhos que daí irradiavam. Articulada com núcleos caipiras que gravitavam em tórno da metrópole paulistana, mas estranha ao desenvolvimento da grande cidade, assim como à imigração européia renovadora, Pirapora foi, naquele período, paupérrimo centro religioso, de âmbito restrito que à falta de condições econômicas para subsistir, conseguiu manter-se estacionária ao haver encontrado o seu destino.

O culto já existente prosseguiu sem nenhum destaque na cidadezinha-ponte, passagem de uma circulação modesta, servindo às localidades próximas. Mas, no meio da pobreza generalizada, não deu margem a que surgissem a organização e exploração da religiosidade na manifestação regional. Foi função religiosa pura, como o são as cerimônias do ritual católico; apenas com mais destaque do que a veneração dos santos padroeiros nas cidades típicas do interior brasileiro, porque já se emprestavam à Imagem virtudes milagrosas, capazes de atrair mais do que os habituais paroquianos.

Não fôra a exaltação do Santo e Pirapora não teria resistido à decadência arrasadora, determinada pela falta de bases econômicas, a que não sobreviveram várias, também minúsculas, aglomerações na região. Teria, para citar um eloqüente exemplo, o destino de Aldeia de Carapicuíba, localidade próxima, sua contemporânea (\*), hoje apenas miseráveis ruínas e um nome na carta da região.

A veneração da Imagem do Bom Jesus, data do seu achado, no início do século XVIII. Silveira Camargo (45) coloca-a em 1724, fazendo alusão às Atas da Câmara de Parnaíba. A Imagem teria sido encontrada presa à uma pedra, na beira do rio

(\*) — Sabe-se que o local em que surgiu Pirapora, já era povoado no século XVI, por índios que lhe deram aquele nome (significa abundância de peixe) e que em 1625 fôra objeto de um pedido de sesmaria (45) — Silveira Camargo, Padre Paulo F. de — "Notas para a História de Parnaíba", p. 40.

(45) — SILVEIRA CAMARGO, Padre Paulo F. de — Op. cit.



Tietê, por alguns pescadores que trabalhavam para o dono de uma pequena propriedade, ali situada, José de Almeida Naves (\*).

E' esse mesmo personagem quem erige, em terra de sua propriedade, pequena Capela, em frente ao local onde fôra encontrada a Imagem e consegue provisioná-la no mesmo ano. Segundo a lenda, houve várias tentativas para transportar o Bom Jesus para a sede da Paróquia, que era, então, Sant'Ana de Parnaíba. Os animais de tração obstinavam-se, porém, em não arrear pé; e o carro de bois, cuja legenda também faz parte da historiografia daquele instante, ficara repetidamente imóvel no ponto em que se fixaria em definitivo o objeto da veneração.

Em 1730, o mesmo José de Almeida Naves institui o Patrimônio que possibilitará o surgimento da futura cidade de Pirapora. E' passada escritura no Cartório de Parnaíba com a dotação ao Santo de terras à margem do Tietê, na extensão de 50 braças de cada lado, tomando como ponto de partida o local em que se plantara a Imagem.

Pirapora do Bom Jesus filiava-se assim, desde o nascimento, à família de cidades fixadas no meio rural, à sombra da Igreja, como *Patrimônio religioso* — fenômeno tão característico e generalizado da criação urbana brasileira e muito bem destacado por Aroldo de Azevedo em estudo recente (13).

Não faltaria, mesmo, o habitual legado em dinheiro ao Padroeiro — no caso com a dotação de duzentos mil réis, postos a juros, para "provisionamento da Capela" (8).

Mais tarde, com a morte do doador, perdeu-se o dote em dinheiro. O patrimônio inicial viria a ser acrescido em 1765, com a compra do restante das terras do falecido José de Almeida Naves pelo administrador, o Vigário de Parnaíba. Nôvo acréscimo verificou-se em 1815, quando foi arrematado o sítio vizinho, designado como "cercado pertencente a Bento Gomes". Os limites entre o patrimônio e as propriedades vizinhas, porém, não seriam respeitados,

---

(\*) — Os historiadores se referem sempre a José Almeida Naves, enquanto no primeiro livro do Tombo de Pirapora lê-se José de Almeida Neves.

(13) — AZEVEDO, Aroldo de — Op. cit., p. 57.

(8) — Primeiro Livro do Tombo de Pirapora.

em circunstâncias que a historiografia não esclarece satisfatoriamente; de tal forma que, no final do século (1896), tornou-se necessário esclarecer, em documento público, o que restara do antigo Patrimônio (então estimado em 415 ha.) (\*).

Acreditamos serem êsses fatos dos séculos XVIII e XIX, evidências certas de como o impulso inicial, contemporâneo do aparecimento da Imagem, não foi suficiente para alicerçar a destinação religiosa de Pirapora. Fracassara o Patrimônio, não atrairá os povoadores. Não se mantivera senão o gérmen da criação urbana, mas não havia ainda condições para que vingasse.

A escassez de documentação para todo o século XVIII torna muito difícil a tarefa de se fixarem as fases do nascimento do culto, assim como da evolução urbana. Encontramos apenas uma citação de aumento na Capela, em comprimento e altura (no ano de 1763) e da existência de uma casa de romeiros no setecentismo (8).

Há evidências de uma série de reformas na antiga Capela, que até 1862, era de madeira e se apresentava em ruínas (3). Os acréscimos e, sobretudo, a construção definitiva da Igreja, ainda aumentada algumas vezes até hoje, correspondem, certamente, a fases da expansão do culto e às da própria afirmação urbana de Pirapora do Bom Jesus; mas ficaram mal documentados. Seria necessária a obra paciente do historiador que vasculhasse documentação pública, religiosa e particular, incluindo a obra de artistas que tenham fixado um momento ou um detalhe da modesta vida no passado (Foto 2), e buscasse evidências materiais na arcaica área central da pequena cidade, para reconstruir e relacionar fatos e épocas mais significativos.

A construção da Igreja, em 1882, no local da antiga Capela, sucede de pouco ao início da afirmação definitiva da cidade como

---

(\*) — Como nos limites de então, figuram, além da área total, somente os nomes dos proprietários cujas terras confinavam com o patrimônio, tornou-se inexequível a tentativa que fizemos de cartografar o núcleo original da cidade. As informações em que nos baseamos, constam do Primeiro Livro do Tombo de Pirapora (8).

(8) — Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Pirapora.

(3) — Documentos de Pirapora — Arquivo do Estado.

centro religioso. Até então, embora a função religiosa já tivesse adquirido certa importância, a precariedade dos meios de comunicação não permitia um raio de atração muito grande. O período que coincide com aquela construção e vai até a Grande Guerra de 1914-1918, é decisivo na história do culto e da vida urbana. E' quando se processam vários melhoramentos, como a construção definitiva da ponte sobre o Tietê (1880) e melhoria das estradas, a construção de dois grandes barracões para hospedagem de romeiros (1880 e 1881 (?)), o abastecimento de água (1896); e, fato inigualável no futuro da função religiosa, chegam os padres premonstratenses (1896) e constrói-se o edifício do Seminário (1905), marcando indelêvelmente, ao mesmo tempo, o predomínio da vocação religiosa de Pirapora do Bom Jesus e a sua paisagem urbana, dominada pela enorme construção.

A localização dos premonstratenses é já uma consequência do incontido alastramento da devoção com caráter regional mais amplo, e da divulgação, que os meios mais eficientes de difusão na época permitiram, dos numerosos milagres atribuídos à Imagem. O Bispo de São Paulo, cuja jurisdição abrangia Pirapora do Bom Jesus, não ficaria indiferente às manifestações de religiosidade e ao apêlo insistente dos já numerosos devotos. A velha congregação dos Padres belgas premonstratenses, da Ordem de São Norberto, que acabava de ingressar na Diocese da Capital paulista, com pequeno grupo de Padres vindos de Averbode, seria localizada em dezembro de 1896 em Pirapora do Bom Jesus, por ordem do Bispo D. Joaquim Cavalcanti. A finalidade era organizar o culto e, em contacto com o meio em que se desenvolvia um dos mais espontâneos movimentos católicos do país, estimular a vocação religiosa, para atender ao permanente problema com que se debate a Igreja na sociedade brasileira: a falta de vocações para o sacerdócio. Por isso, o que se instalou foi um Colégio religioso, logo transformado em Escola para formação de religiosos, com a transferência do próprio Seminário Menor da Diocese de São Paulo para o local (em 1905).

A localização dos Padres belgas, que passaram, desde logo, a gerir a Igreja, transformá-la em Santuário, logo no ano seguinte, quando também a aglomeração passaria à categoria administrativa



de Freguesia, caminho aberto para a emancipação municipal que viria muito mais tarde. Um ou outro fato, pode ser tomado como ponto de partida para nôvo e definitivo surto que projetaria Pirapora do Bom Jesus como ponto de peregrinação religiosa e cidade marcada pela atração de forasteiros, até os dias atuais. Embora não possa ser atribuída tão somente às medidas de caráter administrativo-religioso que marcaram a organização do culto em novas bases, o início da fase atual coincide com aquele período e não cessaria de beneficiar-se com as aquisições recentes no equipamento regional, especialmente quanto à melhoria das comunicações (V. capítulo III).

A pequena aglomeração, que não acompanhou, em seu desenvolvimento urbano, o volume crescente das peregrinações de que é alvo, limitada que sempre foi pelo seu sítio hostil, adaptar-se-ia à nova situação, equipando-se e diversificando-se funcionalmente, sempre à sombra do fenômeno religioso. Para compreender o seu ajustamento, nos dias de hoje, à atividade religiosa e à interdependência das funções urbanas, é preciso considerá-la, pelo menos, em face de quatro momentos, três deles comandados em função do forasteiro, o último em face do vazio determinado pela sua ausência : a) *no momento da Grande Festa anual*, b) *por ocasião da afluência de romeiros*, c) *em um domingo comum* e d) *em dia comum da semana*. E, para completar o estudo urbano, será necessário considerar, no seu aspecto estático, a cidade de Pirapora do Bom Jesus, *estrutural e funcionalmente* (item e).

a) *A grande festa anual*, inicia-se no dia 4, para terminar a 6 de agosto. Nessa ocasião a pequena cidade se anima, engorgita, congestionam-se e extravasa. Pirapora do Bom Jesus, que só conta com 763 habitantes no seu centro urbano, chega a receber, nessas ocasiões, de 20 a 30.000 pessoas que para ali afluem, através das várias entradas, vindas por tôdas as estradas e caminhos.

Já com alguns meses de antecedência, o comércio da cidade se preparara para a festa, adquirindo artigos religiosos e "lembranças" e abastecendo-se em gêneros alimentícios, para fazer face à enorme procura. Semanas antes, o programa das comemorações é publicado nos jornais de São Paulo.

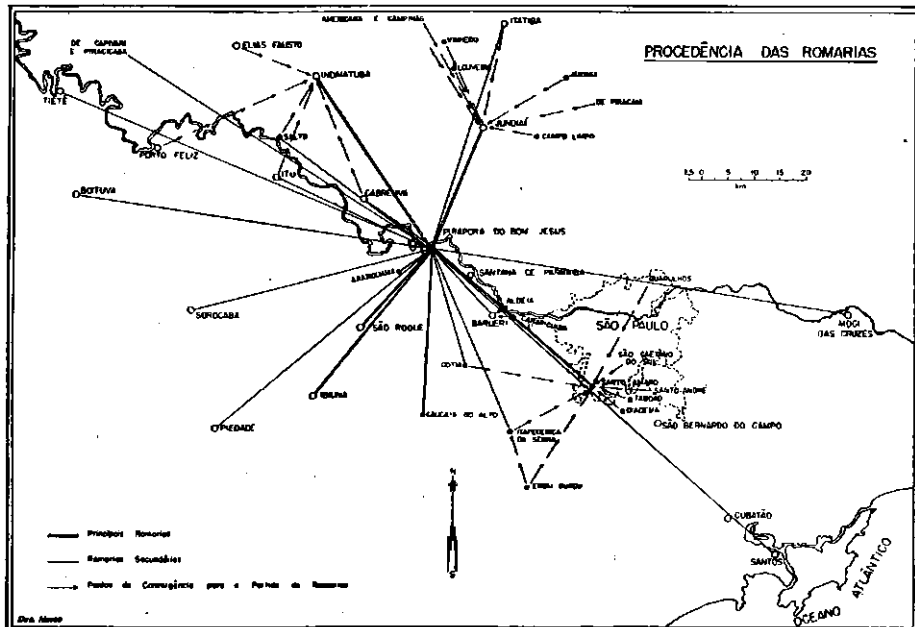


Fig. 3

Por mais bem organizada que seja a Festa (\*) não é possível fazer-se previsão do número de peregrinos que afluem cada ano.

A massa humana que se concentra em Pirapora do Bom Jesus em um só dia pode ser de tal ordem (\*\*) que nada consegue organizar-se, recolhendo-se a impressão de caos.

Além das estradas estreitas que atingem a cidade, seu espaço urbano exíguo e angustiado pelo traçado arcaico, agrava a situação, tornando a penetração no centro verdadeiro ato de heroísmo. As

(\*) — A organização e direção das festividades cabe à autoridade religiosa, representada pela Cúria Metropolitana de São Paulo, na pessoa do Provedor Geral. Elementos locais constituem uma comissão leiga, encarregada dos detalhes e das providências de âmbito municipal.

(\*\*) — Em 6 de agosto de 1961 foram estimados em 40.000 os peregrinos que conseguiram chegar à cidade. Boa parte dos que o tentaram, porém, ficou pelas estradas, impedida de atingir a cidade, tal o congestionamento da circulação.

ruas são estreitas e as duas únicas praças da cidade, além de minúsculas são os locais das festividades, não sobrando quase espaço algum para o estacionamento de veículos, que podem chegar a formar filas compactas de até 6 km de extensão ao longo da estrada, sem que consigam atingir a área urbana. As duas principais entradas, as de São Paulo e de Itu-Jundiaí, sobretudo a primeira, veem-se congestionadas por veículos e pedestres. Mesmo os pedestres mais dispostos, podem não ter chance de chegar à área central e, principalmente, de atingir ou penetrar na Igreja Matriz ou de participar das festividades.

Veículos de toda procedência podem, então, ser vistos no congestionamento total do trânsito: ônibus, caminhões, automóveis de aluguel e particulares, motocicletas, lambretas e bicicletas. A grande maioria, na entrada sul da cidade, procede de São Paulo e adjacências (\*). Na entrada norte (Foto 5) predominam também os das cidades mais próximas de além Tietê. Mas podem ser vistos os que procedem de muito longe, mesmo do Estado de Minas Gerais ou da Guanabara — evidenciando como se alastra, nos dias atuais, com as melhores estradas, a atração exercida pela devoção do "São Bom Jesus" do achado milagroso. Aparecem também grupos isolados, compostos de pouco mais de uma dezena de cavaleiros. São aqueles que respeitam uma tradição de família comparecendo todos os anos à peregrinação de Pirapora do Bom Jesus mas nunca se uniram às romarias.

Gente de toda espécie pode ser vista então, mas ainda aqui há uma predominância do elemento caipira que procede de São Paulo, vindo por ônibus ou caminhões, mas que na realidade provém dos arredores da Capital, do seu cinturão rural. É esse elemento o maior responsável pela manutenção do caráter religioso da festa. São os verdadeiros devotos do Bom Jesus, que aprenderam com seus pais e

---

(\*) — Numa amostragem feita em 6 de agosto de 1961, com 378 veículos, na estrada para São Paulo (carros, ônibus e caminhões impedidos de chegar à cidade), havia 207 carros, na maioria de aluguel, 98 ônibus, 73 caminhões (só 2 particulares). Desses, 74% procediam de São Paulo e o restante de inúmeras outras localidades sendo os que vinham de maiores distâncias de Jaú, Jaboticabal no interior paulista e de Ubá, em Minas Gerais.

continuam a tradição antiga. Também por devoção vêm alguns peregrinos urbanos, vindos dos bairros de São Paulo ou de cidades interioranas, embora sua preferência pelo Bom Jesus não seja tão manifesta, pois freqüentam também outras peregrinações, sobretudo as de Aparecida.

Promessas as mais variadas são pagas nesse dia: aqui é o proprietário de um caminhão que assumiu com o Santo o compromisso de transportar gratuitamente grupos de peregrinos até o final dos seus dias, ou, prudentemente, por número certo de anos; ali, uma corporação musical paga por algum devoto mais abastado, que não entende festa sem banda de música; acolá, a nostalgia de uma viúva que continua a cumprir o prometido pelo defunto marido, ou a jovem que vem saldar, com o Santo, o desejo realizado. Ao lado, os desesperados, doentes ou desamparados, à procura de saúde e de conforto, na perseguição ao milagre. Esporadicamente aparece alguma romaria organizada, nos dias da Grande Festa, incorporando-se à multidão inorgânica dos que afluem individualmente ou em pequenos grupos. Mas são também improvisadas, nada tendo a ver com as romarias que há muito freqüentam o Santuário em datas fixas, embora possam provir das mesmas áreas.

Todos êsses elementos que mantêm o aspecto religioso tradicional, ficam submersos na massa barulhenta constituída destacadamente por gente da cidade grande, que já é atraída pela Festa, sobretudo quando ela coincide com o domingo. Para êles, pouco importa chegar até a Matriz; nenhuma significação tem o beijar os pés do Bom Jesus ou tomar parte na Procissão. O que interessa é o caráter festivo em si, a alegria, o divertimento. O próprio peregrino, muitas vezes, aproveita a Festa para fazer um pouco de turismo fluvial. Assim, os proprietários dos 17 barcos a motor fazem boa fêria transportando para pequenos passeios pela água aos que afluem pelos becos de acesso e cobrando duas a três vezes mais do que em dia comum. Os barcos, sempre repletos de gente que se diverte (Foto 8), animam a superfície plácida do rio represado, que é o Tietê à montante da usina do Rasgão. Aí, ao lado de tóda a confusão da Festa, há também os que vieram expressamente para pescar — e, surpreendentemente, conseguem fazê-lo.

Juntamente com o peregrino e seduzidos pelo número crescente dos que se concentram na pequena cidade para a Grande Festa do Bom Jesus, vem os forasteiros que tiram proveito legítimo ou ilegítimo da atração periódica do acontecimento: os pequenos comerciantes ambulantes, os pedintes e também marginais de toda espécie.

Em maioria os primeiros são feirantes, raramente comerciantes estabelecidos e provêm de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba e outras localidades próximas. Às vezes vêm de muito longe, tendo sido encontrado até o que se deslocara de Ramos (estado da Guanabara) para montar sua barraca em Pirapora. A maior parte desses ambulantes é freqüentadora assídua das cidades em que há comemorações religiosas.

Compram o que vendem nas fábricas ou em atacadistas, como os da rua 25 de Março, na capital paulista, oferecendo a preços não muito exagerados. Os maiores compradores são peregrinos provenientes das cidades do interior, da zona rural ou ainda os habitantes da própria Pirapora. Embora o comerciante local não veja com bons olhos o ambulante de fora, o piraporano, sobretudo as mulheres, vê-se atraído pelos artigos vistosos expostos nas barracas, tais como roupas coloridas, calçados, aparelhos de cozinha, bordados e muita quinquilharia que é oferecida.

Há também nas ocasiões festivas os ambulantes locais (\*) que se distinguem dos de fora pela maior pobreza de suas instalações e pelo local em que se estabelecem, mais próximo da Igreja. Os forasteiros possuem barracas maiores e a gama dos artigos que oferecem à venda é mais rica. Raramente oferecem artigo religioso, que é o forte do ambulante e do comércio estabelecido local.

Na localização do comércio ambulante dentro do centro da pequena aglomeração, há igualmente, diferenças que saltam à vista, enquanto o elemento local tem suas barracas em rua lateral à Igreja (só nos dias de Festa), o ambulante de fora tem como ponto de concentração a Praça 7 de Setembro, periférica com relação ao Centro (Fig. 4).

(\*) — No dia da festa do ano de 1961 havia 52 ambulantes, sendo 34 de fora e 18 da cidade (9 instalados em suas próprias barracas).



FOTO 4 — Cavaleiros rumo à Pirapora do Bom Jesus — aspecto da participação caipira nas romarias.

Foto Dr. E. Salvatori

Para a grande maioria dos que chegam com a disposição de passar os 3 dias das festividades no local, não há outra alternativa senão refugiar-se nos raros edifícios públicos, nos próprios veículos que os trouxeram, ou simplesmente ficar passeando pelas ruas, uma parte freqüentando os bares; outros acomodando-se em calçadas, nas escadas e portas da Matriz e passando a noite ao relento. Nas festas de agosto, a coincidência com a estação seca é, inegavelmente, um fator favorável ao alojamento improvisado sob o teto das estrêlas.

Os cinco hotéis existentes na cidade, todos modestos, com capacidade para alojar ao todo 270 peregrinos, não havendo um só morador fixo em nenhum deles, fazem boa féria, a preços muito elevados, diante dos serviços que podem oferecer. São edifícios pequenos, possuindo poucas acomodações, onde reúnem, nas ocasiões das

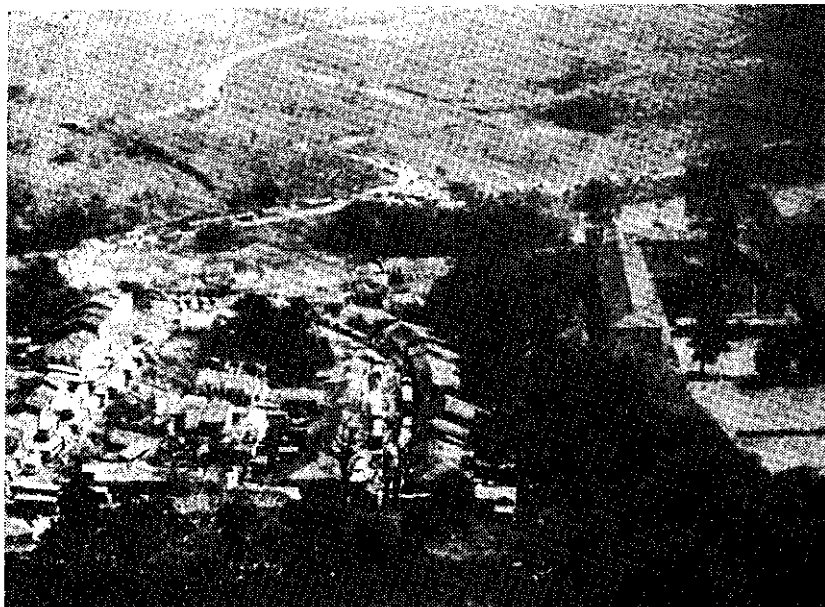


FOTO 5 — Vista panorâmica de Pirapora do Bom Jesus no dia 6 de agosto. Note-se o congestionamento de veículos nas ruas das cidades e nas entradas de São Paulo, Itu, Jundiaí e São Roque.

Foto C. Augusto F. Monteiro (1961)

Festas o maior número de leitos que podem. Em geral são os próprios familiares do hoteleiro que se encarregam dos serviços e exploram um pequeno bazar para venda de artigos religiosos. Admitem empregados apenas nessas ocasiões festivas, de maior movimento, dando, como todo o demais aparelhamento da cidade para a Festa, a impressão de improvisação, sob o impacto da massa dos peregrinos.

A própria festa, em si, não se distingue, na programação, das comemorações comuns do dia do padroeiro, nas comunidades mais apegadas à tradição religiosa, do interior brasileiro. E', certamente, mais animada e ruidosa, porque muito mais concorrida. Conserva, porém, a mesma seqüência de comemorações, destacando-se as cerimônias do ritual religioso: missa solene, procissão e reza com

bênção, acrescidas da interminável fila para o beija-pé da Imagem e dos fogos de artifício, que enfeitam a noite, ao se encerrarem as festividades. Em passado próximo, a atração exercida pela Grande Festa chegou a deturpar o seu sentido religioso. Desenvolvera-se, paralelamente, uma espalhafatosa festa profana, quando os grupos de samba e os marginais da sociedade dominavam à noite, ou mesmo em pleno dia, exibindo tôda a sorte de degradação nas ruas da congestionada cidade e nos próprios barracões mantidos pelo Santuário.

Embora proibida a partir de 1941, a festa profana, que vinha desvirtuando a devoção, ainda hoje há dança nos bares ou em casas particulares e outros divertimentos, nada ortodoxos, nos locais de concentração dos peregrinos, sobretudo nos arredores da pequena cidade. Excelente campo para os estudiosos do folclore, a Grande Festa do Bom Jesus de Pirapora é o ponto mais alto da atração exercida pela função religiosa da pequena cidade — mas não é de forma alguma, o melhor momento para surpreender-se o espetáculo de fé e devoção inspirados pela Imagem Milagrosa.

b) — *Por ocasião da afluência de romeiros*, que se deslocam organizados em grupos pequenos ou grandes, a cidade vive também, embora com intensidade bem menor, em função das manifestações de caráter religioso, agora em sua maior pureza. O aspecto profano observado na Festa, fruto da mistura de fé religiosa e credences populares, não se acha totalmente ausente das romarias. Mas reduz-se apenas a algumas manifestações ruidosas de elementos adventícios.

Algumas romarias são tradicionais e organizadas, realizando-se em datas fixas. Dessas, as mais antigas são as de Jundiá e Santo Amaro. São também as mais aparatosas e sua organização requer um longo preparo, feito com alguns meses de antecedência.

Jundiá foi a primeira cidade a organizar romaria para Pirapora e o vem fazendo há 47 anos. Há duas romarias conhecidas dessa cidade. Na mais antiga, predominam os cavaleiros, mas também tomam parte ciclistas, pedestres, alguns carros e ônibus. Fundada por um devoto do Bom Jesus, reunia no início, quatro cavaleiros apenas; hoje congrega pouco mais de 1.000 romeiros. Aos da cidade e de sua zona rural, unem-se outros vindos de Vinhedo, de Louveira, Itatiba,



Americana, Jarinu (V. Fig. 3). Saem à noite, após grande concentração no Largo da Matriz de Jundiáí e são acompanhados, sempre por um sacerdote, o diretor espiritual. Usam a estrada estreita que sai da Via Anhanguera, quilômetro 51. Essa estrada bem precária ainda, foi aberta como picada pelos romeiros pioneiros e teoricamente só serve aos peregrinos. É costume tradicional estacionarem no Capão da Onça, que é um local completamente desabitado, para fazerem o almoço. A romaria é fixa, sempre no terceiro domingo de maio.

A outra romaria proveniente de Jundiáí, compõe-se somente de pedestres e ciclistas e é bem mais recente, reunindo de 500 a 800 participantes; feita de dois em dois anos, alterna-se com romaria a Aparecida. Realiza-se no mês de abril ou em maio, coincidindo, às vezes, com a primeira. Além dessas; há outras esporádicas e improvisadas que têm lugar em domingos ou nos dias da Grande Festa.

As duas romarias organizadas e fixas de Santo Amaro foram moldadas na mais antiga, de Jundiáí. A mais pomposa e conhecida, a dos "Cavaleiros do Senhor Bom Jesus de Pirapora", de que faremos uma descrição mais minuciosa, para exemplificar, comemorou, no ano de 1961, o seu 41.º ano de existência. Realiza-se no último domingo de abril ou início do mês de maio. A partida dá-se na madrugada de sábado e os romeiros regressam para aquele subúrbio de São Paulo na segunda-feira. O transporte é feito, tradicionalmente, a cavalo, em charretes, por bicicletas, havendo ainda os pedestres e os que, mais recentemente, as acompanham em ônibus e carros (\*).

A preferência é pelos cavalos e aqueles que não os possuem, tomam-nos alugados ou emprestados. Há caboclos dos sítios próximos que enviam como cumprimento de promessa, suas alimárias para serem usadas por outros, e não tomam parte na peregrinação.

Tanto a saída como a chegada têm todo o aparato possível. Andores, estandartes e flâmulas são carregadas pelos cavaleiros, que envergam bombachas, largos chapéus e lenços coloridos. Os romeiros são acordados pela alvorada, com banda da Fôrça Pública, mor-

(\*) — Em 1961 foram 300 os cavaleiros e 100 as charretes. Totalizou aproximadamente 1.200 pessoas.

teiros e rojões e depois de reunidos tomam a estrada até a primeira etapa que é Baruerí, onde é feito o almoço. Às vezes, tomam atalhos que saem da estrada, encurtando o caminho. À entrada da cidade de Pirapora, onde chegam ao anoitecer, são recebidos pelo Vigário e pelos paroquianos, em procissão, e logo após procuram alojamento. À noite, iniciam-se as confissões. No domingo há a missa com enorme afluência à mesa da comunhão. Alguns vão lavar-se no rio antes da missa e de lá voltam carregados de seixos para os parentes e amigos, que os costumam colocar no pote d'água — mais um traço místico e rural da religiosidade, ligada ao Bom Jesus de Pirapora. Há, ainda, um aspecto muito pitoresco dessa romaria que consiste no banho das montarias, dado em conjunto, nas águas do rio.

Composta, na sua maioria, por descendentes de sitiantes radicados na cidade grande, pelo crescimento avassalador da Metrópole paulista, ou ainda, por agricultores vizinhos, essa romaria congrega gente das várias classes sociais, incluindo pequenos comerciantes, operários e funcionários estabelecidos em Santo Amaro. Bairros da zona sul de São Paulo, como Pinheiros, Indianópolis, Brooklin, Taboão, Piraporinha, Pedreira, Vila Olímpia, Itaim e outros, enviam representantes para a romaria. O mesmo faz a cidade de Jundiáí, ao que os santoamarenses retribuem, enviando alguns membros destacados para os representarem na grande romaria daquela cidade.

A outra romaria organizada em Santo Amaro é conhecida pelo apelido de seu organizador, o Zé da Farmácia. Fundada em 1952, corresponde a uma facção dissidente da anterior, mas tem destaque quase equivalente. Realiza-se no último ou no penúltimo domingo de abril. Como a outra, também alguns membros tomam parte na romaria de Jundiáí, enviando as montarias até o ponto de partida por caminhão. Aqui também predominam os cavaleiros. O Vigário da Paróquia é o presidente de honra dessa romaria. Há 4 anos atrás, iniciou-se também uma romaria de motoristas de Santo Amaro, no mês de julho.

Muitos outros Municípios têm romarias organizadas, em datas mais ou menos fixas (pelo menos no mês) para Pirapora do Bom Jesus. As mais notáveis são as de Indaiatuba que vêm se realizando há mais de 20 anos e a de Caucaia, com um número de romeiros

quase tão elevado quanto aos de Jundiá e Santo Amaro. De Sorocaba, embora não venha com regularidade todos os anos, frequenta Pirapora uma romaria organizada há 35 anos atrás.

Muitas outras cidades enviam romarias organizadas, dentre as quais algumas todos os anos (Vide fig. 3). O mesmo fazem vários bairros de São Paulo, destacando-se os de Vila Hamburguesa e Freguesia do O'. Há romarias de pedestres que se organizaram nos bairros de Indianópolis, da Lapa e do Itaim.

Mesmo o romeiro mais devoto, quando prefere o Bom Jesus, também costuma visitar, esporadicamente a Nossa Senhora da Aparecida, no vale do médio Paraíba. Alguns, mais resistentes, chegam a empreender a longa viagem, a partir de Jundiá ou de Santo Amaro, à cavalo.

Por sua vez o habitante de Pirapora é contagiado pelo fervor religioso das romarias e também faz as suas peregrinações, evidentemente em visita a Santo de outra terra. Algumas associações religiosas locais organizam romaria anual a Aparecida, composta de 30 a 50 paroquianos. Últimamente a própria Paróquia de Pirapora vem organizando uma peregrinação anual a Aparecidinha, localidade próxima, contagiada pelo nome e pela função religiosa que anima o centro homônimo.

O movimento de romeiros é mais intenso entre os meses de abril a setembro. Uma simples verificação no Livro do Tombo da Paróquia evidencia a intensidade da frequência das romarias organizadas, sobretudo as tradicionais, nos meses de abril e maio. Uma ou outra ainda vem em junho e julho, mas nunca as maiores. A explicação que é dada pelos próprios piraporanos e pelos romeiros destaca a estação seca do inverno como o fator principal do calendário religioso. Quando se iniciam as chuvas, o romeiro, que ainda vem a cavalo, a pé ou em carros de tração animal não se arriscaria a viajar. Por tradição, apesar da melhoria das estradas inclusive do asfaltamento da principal, o calendário permanece imutável. Assim, o verão é um período de atividade muito reduzida, a estação morta das romarias.

O caráter regional e caipira das grandes romarias, que temos destacado em várias observações deste trabalho, parece-nos, por ou-

tro lado, ligado ao calendário agrícola, que, por sua vez, depende das estações climáticas.

Alceu Maynard de Araújo, já acentuara essa relação, tendo em vista as festas religiosas de Tremembé e as romarias para Aparecida (52).

Das romarias e das festas em honra do Bom Jesus, que também é cultuado em outras localidades do país, afirma que se situam nos meses de vacância agrícola. Realmente, o calendário agrícola na região tem início no mês de setembro, quando há o plantio da maior parte das plantas de cultivo anual.

A partir de janeiro há plantio de cultivos "das águas" e as primeiras colheitas. A partir de março, a faina agrícola diminui de intensidade, havendo lazeres já em abril e maio (especialmente em torno da Semana Santa). A partir de maio, começa a fase da grande colheita nas áreas em que dominam as grandes culturas comerciais, vindo depois o período de grande vacância. É este que coincide com as grandes festas do Divino e do Bom Jesus, enquanto que as vacâncias menores, dos meses de abril e do início de maio, propiciam o deslocamento para as romarias. Acresce observar que a estação chuvosa do início do ano (verão) estende-se, em nosso clima tropical, até o mês de março, quando as condições da circulação, no meio rural, continuam precárias. Basta observar as datas das principais romarias, voltando às páginas precedentes, para ressaltar-se sua relação com os fatores do gênero de vida e do clima.

Por idênticas razões, são mais animados os domingos e os dias santificados da Igreja, quando coincidem com a estação morta da agricultura regional e, especialmente com as romarias organizadas o que nem sempre acontece.

c) — *Em um domingo comum*, a afluência de peregrinos para Pirapora do Bom Jesus não é tão sensível. Em qualquer época do ano, porém é um dia animado, em que os habituais aspectos da pequena cidade de atração religiosa ocupam durante tôdas as horas do dia os habitantes da comunidade.

Estimam-se em 3 a 6.000 (9) forasteiros os que, em escala cada vez maior, dirigem-se para Pirapora do Bom Jesus aos domingos.

(52) — Maynard de Araújo, Alceu — *Ciclo Agrícola*, p. 43.

(9) — Segundo Livro do Tombo da Paróquia de Pirapora.



FOTO 6 — Aspecto domingueiro da praça da Matriz, vendo-se ao fundo a Rua do Bom Jesus.

Foto Mauro Pontes (1961)

Essa estimativa, que consideramos exagerada, deve incluir romeiros e, certamente, não se refere aos domingos do verão, quando a frequência é nitidamente inferior.

De qualquer forma, é o bastante para dar à pequena aglomeração um aspecto festivo em cada fim de semana. Ônibus e caminhões alinham-se nas entradas de São Paulo e Itu e carros particulares e de aluguel estacionam ao lado da Igreja. Fotógrafos se distribuem pelas ruas principais (Foto 6), sendo solicitados, a todo instante, para fixar a visita. Nos bôcos que conduzem ao pôrto de barcos, há filas à espera da oportunidade para um pequeno passeio pelo rio. Na outra margem do Tietê, pequenos grupos se isolam para o lanche. Um pouco mais afastados, instalam-se os apaixonados da pesca.



FOTO 7 — Barracas pequenas e modestas dos ambulantes locais, que costumam ser armadas nos fins de semana, nas cercanias da Igreja. Predominam os artigos religiosos, aparecendo também objetos que atraem o elemento caipira.

Foto Mauro Pontes (1961)

Em frente e ao lado da Matriz, o movimento de transeuntes é grande a qualquer hora do dia. Próximo à Igreja, localizam-se as barracas dos ambulantes locais (v. Fig. 4). São, em regra, 16 barracas e mais alguns vendedores sem barraca, todos moradores da cidade que, já no sábado, montarem o seu negócio. Nessas barracas, os artigos mais vistos são os religiosos; mas há as que vendem também bijouteria barata, brinquedos ou comestíveis.

Os fregueses são, habitualmente, os peregrinos da zona rural, pois o cidadão prefere as casas estabelecidas que se mantêm abertas aos domingos oferecendo artigos de melhor qualidade. Na praça da Matriz ou freqüentando as barracas, encontra-se o caipira típico, o grande freqüentador dos domingos e das festas; nas ruas e vielas



FOTO 8 — Barcas para passeios curtos nas proximidades da cidade; ou mais longe até a Usina do Rasgão. São procurados não só pelos peregrinos, como por simples turistas.

Foto Mauro Pontes (1961)

menos centrais, ficam estacionados os caminhões e presas as montarias que os transportaram.

As cerimônias da missa, pela manhã, acorrem centenas de fiéis. As tardes são mais calmas, ainda com a freqüência à Igreja, bastante intensa: para o beija-pé da Imagem, para os batizados, para o confissãoário, ou para o pagamento de promessas.

À noite, a pequena cidade mergulha em uma calmaria de que só despertará sob nôvo impacto de forasteiros.

d) — *Em dia comum da semana*, a sensação experimentada pelo ocasional visitante, é de quietude e marasmo, como em tôdas as pequenas aglomerações rurais durante as horas de sol. As ruas e praças permanecem desertas; de quando em vez um carro ou um ôni-

bus passa. Poucos viajantes acomodam-se nestes últimos: em geral comerciantes que se dirigem a São Paulo para reforçar o estoque de mercadorias, visando sempre a venda ao peregrino, ou os habitantes da comunidade, principalmente donas de casa procurando o grande centro ou os mercados de Osasco ou Baruerí, para diretamente fazerem as compras do abastecimento das famílias. A distância relativamente pequena e os preços das passagens, bastante razoáveis, além de um comércio local que não leva em conta o morador, nem foi feito para êle, possibilitam tal dependência direta para com a Grande Cidade e seus subúrbios. Nada, porém, que esboce um vai-vem para o trabalho na MetrÓpole vizinha, de que Pirapora do Bom Jesus permanece apenas como centro satélite. Em compensação, uma parte pequena da população masculina desloca-se para a periferia às primeiras horas do dia só regressando ao cair da noite; são os trabalhadores das pedreiras vizinhas. A grande maioria da população, simplesmente vegeta durante os dias comuns da semana, na ausência do forasteiro, de que depende a principal função urbana. Grande parte das casas comerciais acha-se fechada, os hotéis estão vazios, não há ambulantes, nem suas barracas, nas ruas. A pequena cidade equipada para viver na dependência da função religiosa, torna-se estática nos intermédios, descansando até novo fim de semana, para receber os romeiros ou aguardando a Grande festa anual do Bom Jesus.

e) — *Estrutura funcional da cidade.*

A análise da planta funcional (Fig. 4) e da vista panorâmica da cidade (Foto 1) pode, melhor que uma exposição teórica, evidenciar e contribuir para explicar os problemas da estrutura e das funções urbanas.

Apertada entre a margem do Tietê e os morros, sem muito espaço para se desenvolver, Pirapora pode ser considerada uma cidade linear.

As pequenas quadras alinham-se na parte plana, muito limitada no conjunto, desenvolvendo-se em forma de crescente, em tórno da Igreja e do Seminário e alongando-se um pouco, agora em aclave, em direção ao Cemitério ou às duas ruas que dão acesso à saída para São Paulo.



O Seminário, no alto de um morrote, logo atrás da Igreja, domina a cidade, contrastando o seu tamanho e imponência com o aspecto geral de pobreza das construções urbanas. Sob qualquer ângulo que se veja a fotografia panorâmica da cidade (Foto 1) temos sempre a vista dirigida para êsse edifício, que constitui, com a Igreja Matriz e a praça fronteira, o centro da aglomeração.

Nessa parte plana, onde as ruas ganham um pouco em profundidade, sem que a cidade perca, contudo, o seu caráter linear, concentra-se a artéria principal, desenvolvendo-se com a sua continuação (Rua José Bonifácio), paralelamente ao rio. Juntamente com as quadras vizinhas da Matriz, de um lado e outro, forma o núcleo comercial da cidade. Na rua do Bom Jesus o agrupamento dos estabelecimentos comerciais é maior ao lado do rio, para onde dão os fundos das casas. Quase como regra, as casas comerciais constituem as partes da frente das residências dos proprietários. São casas contíguas, só interrompidas de longe em longe por um bêco, possuindo um exíguo espaço para o quintal, que dá diretamente no rio.

As casas comerciais mais importantes (se bem que sempre modestas) são aquelas que vendem artigos religiosos, situadas à frente da Matriz. A predominância dessas casas de artigos religiosos pode ser bem notada na carta funcional (Fig. 4).

Aa lado dessas casas especializadas nos artigos de maior procura por parte dos peregrinos, aparecem muitos estabelecimentos mistos, onde a venda desses artigos se alia à existência de um bar, de um armarinho geral ou da atividade hoteleira.

O hotel mais antigo foi fundado há 66 anos e os demais têm entre 40 a 50 anos de existência. Nenhum recente, nenhum com o mínimo de conforto, todos servindo a uma população com poucas exigências.

Como era de se esperar, a procedência dos frequentadores dos hotéis é das mais variadas, mas, ainda aqui, predominam os de áreas próximas, destacando-se Tietê, Piracicaba, Jundiá, Salto, Indaiatuba, São Paulo, Santo André.

A cidade conta ainda com uma pensão só para refeições e poucos restaurantes. Diversas residências particulares hospedam peregrinos, aproveitando os bons momentos para uma fêria extraordinária a seus proprietários. As cinco casas que alugam quartos estão

registradas, havendo muitas outras que o fazem clandestinamente. Mesmo assim, a capacidade de acomodação oferecida pela cidade não chega a atingir 400 lugares.

Até há pouco havia o refúgio dos barracões construídos pela Paróquia ou ainda os acampamentos situados na periferia da área urbana. Mário Wagner Vieira da Cunha (54), anotou a localização desses acampamentos de barracas na planta da cidade em 1937 (\*).

À medida que nos afastamos desse núcleo formado pelo Seminário, pela Matriz e pelo comércio especializado e misto, vão aparecendo outros estabelecimentos que ainda vivem, sobretudo, em função da atração religiosa. São os bares, restaurantes e garagens de consertos da Rua do Bom Jesus, da Travessa do Comércio (hoje Rua Rafael Bucci) e do início da Rua Siqueira Campos.

À jusante do rio, na rua do Bom Jesus, em direção à ponte, as casas comerciais aparecem mais espaçadas.

Aqui não é mais a localização visando as vendas aos forasteiros. Pequenos armazéns e bares, destinados ao abastecimento da população local e aos viajantes que demandam Cabreúva, Itu e Pôrto Feliz são comuns nesta área já distanciada, embora ligeiramente, do centro.

No núcleo central, estabelece-se o comércio ambulante dos moradores locais, nos fins de semana, feriados e dias santos. A localização deste comércio é bem precisa: as barracas são montadas na rua D. Emerenciana Santos Brito (antiga Conde de Monsanto) e na rua Cônego Vicente, perpendicular à primeira. Nos dias de Festa de Agosto, a Prefeitura arma as barracas dos ambulantes locais no Largo da Matriz, ao lado esquerdo da Igreja.

Na primeira semana de agosto, também aparece o comércio ambulante de forasteiros que se estabelece já um pouco mais afastado

(\*) — Os barracões desapareceram definitivamente em 1941, quando foram proibidas as festas profanas a que davam lugar. Quanto às barracas, também desaparecidas pouco antes, localizavam-se, segundo o autor acima citado, nos extremos da cidade. Havia quatro acampamentos formados por um número de barracas, variando de cinco a vinte, alojando cada uma, de quatro a seis pessoas. Parece que parte dessas barracas era reservada aos leprosos.

do núcleo mais importante, no Largo 7 de Setembro, prolongando-se pela rua José Bonifácio (Fig. 4).

Esse afastamento do ambulante alienígena visa sempre beneficiar a parcela da população local que se entrega à exploração comercial dos peregrinos.

Outra atividade intimamente dependente dos peregrinos, a dos fotógrafos, conta com duas casas em Pirapora. Aos domingos e dias de festa aparece nas ruas mais de uma dezena de fotógrafos; são da cidade — alguns vivem somente desse trabalho semanal; outros improvisam-se fotógrafos aos domingos e nas festas.

Os serviços públicos, representados pela Prefeitura, Coletoria Estadual, Cartório de Paz, Cadeia, Pôsto de Puericultura e Correio, não aparecem concentrados numa área determinada. Bem ao contrário, os edifícios ocupados pelas repartições se instalaram no meio da área residencial, à exceção do Correio. Não há uma só farmácia na cidade; também não existem sapateiros, alfaiates ou oficinas.

A área residencial, que no centro confunde-se com a comercial, forma o restante do conjunto urbano. Contornando o Morro do Seminário, as residências se estendem pelas ruas Santa Cruz e Nossa Senhora das Dores, vias de acesso à estrada de São Paulo, repetindo aí o aspecto linear, já notado na parte inferior que contorna o rio.

O aspecto geral das residências é de extrema modéstia.

Só em tôrno do Largo 7 de Setembro há algumas residências novas, também modestas.

Na margem direita do rio, uma nova área residencial se delinea. Até há pouco, a cidade estacionava na ponte. Em 1957 foi feito um loteamento na área circundada pelas estradas que vão ter a Jundiá e a Itu, em terrenos pertencentes à Cia. "Light and Power" (\*).

O nôvo loteamento, que não integra a fisionomia urbana, afastado, descontíguo que é do espaço mais densamente edificado, não dispõe de melhoramentos urbanos essenciais existentes no núcleo antigo, como rêde de água e eletricidade. Mesmo assim é a única

---

(\*) — Houve uma troca de terrenos baixos da Prefeitura de Sant'Ana de Paranaíba por essas terras, mais elevadas, de Pirapora, levada a cabo pelas autoridades municipais.

parte da cidade que progride, contando-se ali cêrca de cinqüenta casas novas.

A expansão urbana nessa área acha-se bastante ligada à exploração mineira, pois aí ficam as quatro pedreiras da indústria de calcário "Santa Catarina". Como os lotes são baratos e as condições de pagamento favoráveis, parece bem provável que a futura expansão urbana prossiga na margem direita.

Cercando êsse conjunto urbano, de um lado e do outro do rio, a paisagem se vê marcada por áreas de degradação da vegetação natural e pela agricultura. A mata primitiva só se reconstituiu raramente, à beira do rio. Culturas caipiras ou plantações de eucálptos são vistas nas proximidades, ao lado de áreas maiores, anteriormente ocupadas pelo mesmo tipo de agricultura (foto 1 e fig. 4).

Nesse conjunto caracterizado pela pobreza da área circundante e pela modéstia do núcleo urbano, vive uma população há muito radicada na cidade ou para lá deslocada, mais recentemente, do meio rural vizinho. O aspecto caipira do piraporano, mesmo na zona urbana, é um fato, constatado não só na origem e filiação rural, como evidenciado pela maneira de viver da população, pelos seus hábitos, pelo folclore. Na composição da população o elemento negro é quase inexistente e os estrangeiros são raríssimos.

Assim, exceção feita dos padres do Seminário, de origem belga, e de um japonês comerciante, hó há um ou outro descendente de italiano ou português. Não só em seu passado distante, como na fase mais próxima de nossos dias, da imigração européia, o elemento estrangeiro esteve ausente. Em 1832 havia lá três portugueses (5) e em 1853 não existia um só (3).

Como até 1950 os recenseamentos não se referiam a Distritos (Pirapora era Distrito de Parnaíba) só pudemos obter totais de população do último recenseamento (1960) (\*).

Para um total de 763 habitantes, no centro urbano, o comércio da cidade é, à primeira vista bastante desenvolvido. Contudo se sub-

---

(5) — Livros de População de Parnaíba — Arquivo do Estado.

(3) — Ata da Câmara de Pirapora — Arquivo do Estado.

(\*) — Por não terem sido ainda computados os demais dados, trata-se de observações feitas em inquéritos no local.

trairmos todo o equipamento comercial destinado aos forasteiros, restaria um aparelhamento precário, insuficiente para responder às necessidades básicas da população local. Basta chegar-se a Pirapora em dia comum da semana, quando as casas de comércio permanecem fechadas em grande número, para se constatar quão pouco a atividade comercial destina-se ao próprio piraporano.

O abastecimento do comércio de artigos religiosos é feito em São Paulo (de preferência na Rua 25 de Março), em Guaratinguetá, Aparecida e, raramente, em Barueri. Os comerciantes negociam através de viajantes ou vão eles próprios buscar suas mercadorias em São Paulo. Na cidade só há uma incipiente indústria artesanal de objetos religiosos fabricados em madeira, mas, sendo muito recente, ainda não possui mercado suficiente para progredir.

No que diz respeito aos gêneros de primeira necessidade, com exceção de parte da carne, do leite, das aves e ovos, tudo o mais vem de fora. Pirapora depende completamente de outros centros para se abastecer. Dada a facilidade de ligação com São Paulo, a maior parte do que é consumido pela população local, vem daí. Os negociantes compram diretamente ao atacadista e a mercadoria é entregue por caminhões pertencentes às firmas, pois o pequeno comerciante não possui condução própria. A proximidade de São Paulo e a facilidade de condução, eliminaram quase por completo o intermediário. Só entre os ambulantes há os que compram aos viajantes (\*).

Na cidade não há mercado nem feira. Uma vez por semana, vem um caminhão de São Paulo vender cereais e roupas. O próprio abastecimento de legumes, aves e ovos é feito fora (Barueri, Osasco, Pinheiros), em grande parte. Tais produtos, que também são trazidos dos sítios próximos não são suficientes ao consumo da cidade, devido, principalmente, à procura feita pelos hotéis.

De Barueri e Parnaíba, vem três vezes por semana, uma vendedora de legumes. Há um matadouro na cidade, ou antes, um local de abate da Prefeitura, mas a maior parte do gado vem de Cabreú-

---

(\*) — Há duas linhas diárias de ônibus para São Paulo, totalizando quatro viagens de ida e quatro de volta. Uma dessas linhas chega até Itu. Há ainda uma ligação direta Pirapora-Barueri, de onde costumam os moradores seguir pela E. F. Sorocabana, ou por ônibus, até São Paulo.

va, Itu e Campinas. A carne é de má qualidade e vendida em dois açougues locais. Há proprietários de hotéis que vão comprar carne em Parnaíba.

O único açougueiro da cidade ocupa-se também com o comércio do leite que vem de área próxima. São somente 130 litros diários em média. Os hotéis, bares e restaurantes, vêm-se obrigados a usar leite em pó aos domingos e dias de festa.

Como se vê, o abastecimento da cidade é precaríssimo, mesmo nos gêneros de primeira necessidade, o que vem confirmar o abandono dos campos agrícolas e de criação, da área rural do Município.

Para outras necessidades prementes também o piraporano vê-se obrigado a se deslocar: assim, à procura de medicamentos, de dico, de rospital e mesmo de escolas. Há somente duas escolas primárias municipais, uma nacidade, outra no bairro "Lolli" e uma estadual, a de Cacupé, no bairro de Penunduva; o total foi de 249 alunos em 1959 (\*).

Como não possuem ginásio, os jovens piraporanos vêm-se obrigados a se deslocarem para São Paulo, durante o ano escolar, ou diariamente para Parnaíba. Há um micro-ônibus da Prefeitura, que transporta os onze alunos da cidade matriculados no Ginásio Estadual de Parnaíba (1961).

Município nôvo, Pirapora vê-se em face de uma série de problemas urgentes a serem resolvidos. Acaba de ser finalizada a obra de construção da nova adutora e reforma do encanamento, estando por ora resolvido de maneira satisfatória o problema da água. Mas a rede de esgotos ainda está por ser iniciada e não o será tão brevemente. Os esgotos existentes são particulares e vão ter diretamente ao rio. Assim tôda a área mais afastada do Tietê, como a extensão linear em direção à saída para São Paulo está desprovida dêsse melhoramento.

A eletricidade fornecida pela "Light" é suficiente para as escassas necessidades de uma cidade sem indústria. Faz parte do programa atual da Prefeitura, a instalação do telefone. A passagem do Distrito a Município, as melhorias que se contam introduzir na

---

(\*) — Dado fornecido pelo Departamento Estadual de Estatística — 1960.

área urbana e o recente desabrochar da indústria extrativa mineira, são pontos positivos para um possível alargamento urbano futuro. Exceção feita do pequeno apêndice de expansão da cidade para a margem direita do Tietê, Pirapora continua estacionada desde o início do século XX e seu espaço urbano não se expandiu.

## VI — CONCLUSÕES

Pirapora do Bom Jesus, projeta-se, nos dias atuais, com o centro de atração religiosa dos arredores da cidade de São Paulo que, apegado à valorização do culto tradicional, de que é objeto a Imagem do Santo Milagroso, incorpora-se, cada vez mais, à área de influência direta da Capital paulista.

A melhora das condições de sua articulação regional e, conseqüentemente, o afluxo, ano a ano maior, de peregrinos, vieram evidenciar em maior escala as deficiências do seu sítio e o equipamento urbano mal adaptado ao papel presente. Permanece como um centro de limitadíssimas possibilidades para atender à sua função maior. Arcaica, de proporções minúsculas, só o seu caráter caipira, servindo como centro de atração para populações de áreas marcadas pela atividade rural, justifica o atraso e o desconforto do centro urbano, assim como a pobreza de sua fisionomia e de sua população atual. Em uma região onde tudo cresce e em que avulta o desenvolvimento urbano irreprimível da metrópole paulista, é um aglomerado anacrônico, não tanto pelas suas construções — que julgamos deverem conservar os estilos arquitetônicos do passado — como pelo estilo de vida dos seus habitantes, a sua noção de conforto e adaptação à vida moderna, vida que é tão trepidante a poucas dezenas de quilômetros. Pirapora do Bom Jesus não está sabendo tirar proveito da sua situação geográfica privilegiada.

Exceção feita para a recente atividade mineradora, não se apresenta nos dias atuais, nenhuma fonte de renda que possa fazer com que, não só a cidade mas os seus arredores rurais se desenvolvem em condições de melhor adaptação à vida moderna. Mesmo a exploração do sub-solo, que já deixou seus traços na paisagem local e na estrutura urbana, não se apresenta em condições muito animadoras; as rochas aí exploradas, de baixo valor comercial, são comuns

a t6da a 6rea cristalina do Estado e a aus6ncia de beneficiamento local n6o facilita maior riqueza para os moradores de Pirapora do Bom Jesus. Dada a proximidade e facilidade do transporte para o mercado consumidor de S6o Paulo, a regi6o poderia orientar-se para uma diversifica66o econ6mica maior, incluindo-se as 6reas rurais, que necessitam passar de uma economia caipira, baseada na subsist6ncia, para formas mais evolu6das de cultivos comerciais.

O aproveitamento da energia el6trica poderia, por outro lado, proporcionar o desenvolvimento de certas ind6strias, tais como o beneficiamento do calc6rio, ind6strias rurais e de artesanato, no centro urbano. Neste 6ltimo caso, uma orienta66o j6 pode ser delineada: a fabrica66o "in loco" de objetos religiosos, o que, inclusive, aliviaria o com6rcio local e os peregrinos do 6nus que acarreta a compra em centros afastados, dos principais artigos de com6rcio do centro religioso.

Tamb6m para o turismo h6 boas perspectivas, desde que a ind6stria hoteleira amplie e melhore sua capacidade de acomoda66o, dando um dos passos indispens6veis para despertar maior inter6sse pelas atra66es locais, inclusive pelas 6guas do Tiet6 (passeio e pesca).

Tudo depender6 do planejamento esclarecido, em que os fatores geogr6ficos locais ser6o levados em conta e venham a ser aproveitados para sobrepujar os v6cios do passado; mas planejamento pelo qual a fun66o religiosa n6o ser6 disvirtuada, conservando-se como o esteio que 6 da atraente comunidade do Alto Tiet6.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — Atas da Reuni6o da Mesa Administrativa da Par6quia de Pirapora (1879) — C6ria Metropolitana de S6o Paulo.
- 2 — Registro de Atas. Par6quia do Bom Jesus de Pirapora (1897-1899) — C6ria Metropolitana de S6o Paulo.
- 3 — Documentos de Pirapora (1829-1867) — Arquivo do Estado de S6o Paulo.
- 4 — Livro da Receita e Despesa da Capela do Bom Jesus (1806-1938) — C6ria Metropolitana de S6o Paulo.
- 5 — Livros da Popula66o de Parna6ba (1765-1858) — Arquivo do Estado de S6o Paulo.
- 6 — Livro de Classifica66o dos escravos de Parna6ba (1878-1886) — C6ria Metropolitana de S6o Paulo.



- 7 — *Ofícios Diversos de Parnaíba (1717-1826)* — Arquivo do Estado de São Paulo.
- 8 — *Primeiro Livro do Tombo da Paróquia do Bom Jesus de Pirapora (1898-1939)* — Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 9 — *Segundo Livro do Tombo da Paróquia do Bom Jesus de Pirapora (1939-1961)* — Igreja de Pirapora, Estado de São Paulo.
- 10 — *Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Sant'Ana de Parnaíba (1747-1828)* — Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 11 — *Recortes dos jornais: "Seis de Agosto de Pirapora" e "O Mensageiro do Senhor Bom Jesus de Pirapora" (1879-1891)* — Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 12 — AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Boletim 208 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Geografia n. 11. São Paulo, 1956.
- 13 — AZEVEDO, Aroldo de — *Embrões de Cidades Brasileiras*. Boletim Paulista de Geografia da A.G.B. n. 25. São Paulo, 1957.
- 14 — BLACHE, P. Vidal de La — *La Géographie Politique d'après les écrits de M. Fr. Ratzel*. Annales de Géographie. Vol. VII. Paris, 1898.
- 15 — DEFFONTAINES, Pierre — *The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns*. Geographical Review n. XXVIII. New York, 1938. Transcrito no Boletim Geográfico n. 14 e n. 15. Rio de Janeiro, 1944.
- 16 — DESPOIS, Jean Kairouan — *Origine et évolution d'une ancienne capitale musulmane*, Annales de Géographie n. 218, ano XXXIX, março de 1930, pp. 159-177. Livr. A. Collin. Paris.
- 17 — LEFÈVRE, Valdemar — *Aspectos geográficos hidrográficos do rio Tietê*. Revista O.I.G.G., ano V, n. 3, pp. 240-254. São Paulo, 1947.
- 18 — MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques n. 28, Livraria Armand Colin. Paris, 1952.
- 19 — MONBEIG, Pierre — *Divisão Regional do Estado de São Paulo*. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Vol. I, Rio de Janeiro, 1945-46.
- 20 — MONBEIG, Pierre — *Os Problemas da Divisão Regional de São Paulo*. Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante. C.N.G., pp. 185-189. Rio de Janeiro, 1954.
- 21 — MOREIRA PINTO, Alfredo — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*, Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1938.
- 22 — PETRONE, Pasquale — *A baixada do Ribeira*. Estudo de Geografia Humana. Tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1961. Inédita.
- 23 — ANDRADA E SILVA, J. B. e RIBEIRO DE ANDRADA, M. F. — *Via-gem Mineralógica na Província de São Paulo*. Transcrição no Boletim Paulista de Geografia da A.G.B. n. 16 e n. 17. São Paulo, 1954.

- 24 — FREITAS, R. Osório — Sôbre a Origem da Bacia de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia da A.G.B. n. 9. São Paulo, 1951.
- 25 — KING, Lester C. — A geomorfologia do Brasil Oriental. Revista Brasileira de Geografia do C.N.G. VIII, n. 2, pp. 147-265. Rio de Janeiro, 1956.
- 26 — KNECHT, Theodoro — Ocorrências minerais do Estado de São Paulo. Instituto Geográfico e Geológico. Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1950.
- 27 — MORAES RÊGO, L. Flores — Influências Estruturais sôbre o relêvo das regiões cristalinas de São Paulo. Revista Brasileira de Geografia, pp. 182-183. Rio de Janeiro, 1941.
- 28 — MORAES RÊGO, L. Flores — Notas sôbre a Geomorfologia de São Paulo e sua Gênese. Boletim Geográfico do C.N.G., n. 37, pp. 9-17 e n. 38, pp. 122-132. Rio de Janeiro, 1946.
- 29 — AZEVEDO MARQUES, Manoel de — Apontamentos Históricos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. I. Rio de Janeiro, 1897.
- 30 — BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio — Monções. Edição Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1955.
- 31 — CAPISTRANO DE ABREU, J. — Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Publicação da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, 1934.
- 32 — EGAS, Eugênio — Os municípios paulistas. 2 vols. Publicação Oficial. Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo". São Paulo, 1925.
- 33 — JUZARTE, sargento-mor T. J. — Diário da Navegação do rio Tietê, Rio Grande e Gatemy. Anais do Museu Paulista. Tomo I e separata, pp. 43-118. Oficina do Diário Oficial. São Paulo, 1922.
- 34 — Livro dos Municípios — Livraria Martins. São Paulo, 1951.
- 35 — LUNE', Ant. J. Bates — Almanaque da Província de São Paulo para 1873. São Paulo, 1873.
- 36 — MACHADO DE OLIVEIRA, J. — Obras Escolhidas. Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822. Vol. I. Edição Brasília Machado. 2a. edição. São Paulo, 1897.
- 37 — MULLER, Marechal D. P. — São Paulo em 1836: Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. Tipografia de Costa Silveira. São Paulo, 1838.
- 38 — NÓBREGA, Mello — História de um rio (o Tietê). Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1948.
- 39 — Ordem Premonstratense no Brasil. Bodas de Prata 1897-1922. Tipografia Brasil de Rothschild & Co. São Paulo, 1922.
- 40 — Poliantéia em Homenagem ao Tricentenário da criação do Município de Parnaíba. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1925.

- 41 — SAINT-HILAIRE, Auguste de — Voyage dans l'intérieur du Brésil. Paris, 1851.
- 42 — SAINT-HILAIRE, Auguste de — Viagem à Província de São Paulo. 2a. edição. Tomo II. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1960.
- 43 — SAINT-HILAIRE, Auguste de — Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. Livraria Martins Editôra, 1940.
- 44 — SEGURA, Pe. Turíbio Vilanova — Bom Jesus da Lapa. Resenha Histórica. Gráfica São José. São Paulo, 1948.
- 45 — SILVEIRA CAMARGO, Pe. Paulo F. de — Notas para a História de Parnaíba. Oficinas Gráficas da Ave Maria. São Paulo, 1935.
- 46 — SPIX, J. B. Von e MARTIUS, C. F. P. Von — Viagem pelo Brasil. Tradução Brasileira. Vol. I. Cap. II. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro 1938.
- 47 — TAUNAY, Afonso de — História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo V. Cap. VIII, pp. 58-62. Tipografia Ideal. São Paulo, 1929.
- 48 — TAUNAY, Afonso de — O Rio Tietê, in "O Observador Econômico e Financeiro", n. 91, pp. 84-92. Rio de Janeiro, 1943.
- 49 — TAUNAY, Afonso de — Relatos Monçoeiros. Biblioteca Histórica Paulista. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1958.
- 50 — TAUNAY, Afonso de — O Tietê, instrumento máximo da penetração do Brasil sul ocidental. Boletim Geográfico do C.N.G., n. 98, pp. 153-157. Rio de Janeiro, 1951.
- 51 — ZALUAR, Augusto — Peregrinações pela Província de São Paulo. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1953.
- 52 — ARAÚJO, Alceu Maynard — Ciclo Agrícola. Separata da Revista do Arquivo Municipal n. CLIX. Departamento de Educação e Cultura. São Paulo, 1957.
- 53 — BASTIDE, Roger — Contribuição ao Estudo da Geografia Religiosa no Estado de São Paulo. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. III, pp. 715-717. Rio de Janeiro, 1944.
- 54 — VIEIRA DA CUNHA, Mário Wagner — Descrição da Festa do Bom Jesus de Pirapora. Revista do Arquivo Municipal. Ano IV. Vol. XLI, pp. 5-36. São Paulo, 1937.
- 55 — BANDINI, Alfredo — Refôrço de Abastecimento de água Potável de São Paulo, utilizando recursos do alto Tietê. Revista do D.A.E. XXI, n. 39. São Paulo, 1960.
- 56 — BANDINI, Alfredo — O aproveitamento do rio Tietê à montante de Pirapora. Publicação n. 1 do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Viação e Obras Públicas de São Paulo. São Paulo, 1954.
- 57 — Folhetins da São Paulo Light S. A., Serviços de Eletricidade — Hydro-electric Works on the system of the São Paulo Light and Power Co. Ltd. Descrição do Sistema de Produção, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. 50 anos de progresso com São Paulo (1900-1950).

- 58 — Comissão de Melhoramentos do rio Tietê. Relatório apresentado pelo engenheiro Lisandro Pereira da Silva. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1950.
- 59 — Artigo sobre a festa do Bom Jesus de Iguape, publicado no Matutino paulista "Fôlha da Manhã", de 21 de agosto de 1949.
- 60 — Artigo sobre a festa do Bom Jesus de Iguape, publicado na "A Voz de Anchieta", Itanhaém, Estado de São Paulo, agosto de 1951.
- 61 — Notícias sobre a festa do Bom Jesus dos Perdões, publicado no vespertino "A Gazeta" de São Paulo, em 24 de julho de 1959.
- 62 — Artigo sobre a festa de Pirapora, publicado na Revista "O Cruzeiro" de 6 de dezembro de 1947.
- 63 — Artigos publicados no vespertino "A Gazeta" de São Paulo, sobre a festa e romarias de Pirapora em 6 de Abril de 1950; 8 de dezembro de 1952; 2 de dezembro de 1957; 24 de julho de 1952; 19 de agosto de 1957.
- 64 — Notícia sobre Pirapora, publicada na "Fôlha de São Paulo", em 9 de setembro de 1961.
- 65 — Carta Geológica do Estado de São Paulo, escala 1:1000.000, do I.G.G. São Paulo, 1947.
- 66 — Carta Topográfica do Estado de São Paulo, *Fôlha de São Paulo*. Escala 1:250.000 do I.G.G. São Paulo, 1954.
- 67 — Carta do Município de Sant'Ana de Parnaíba. Escala 1:100.000. I.G.G. São Paulo, 1945.
- 68 — Carta hipsométrica do Estado de São Paulo; *Fôlha de Jundiá*. Escala 1:100.000. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo, 1925.
- 69 — Carta Geológica do Estado de São Paulo, *Fôlha de Jundiá*. Escala 1:100.000. I.G.G. São Paulo, 1954.
- 70 — Fotografias aéreas verticais de Pirapora do Bom Jesus nas escalas de 1:5000 e 1:10000, tiradas no dia 10 de agosto de 1961 pelo Serviço Aerofotogramétrico do E.M.F.A. (Estado Maior das Forças Aéreas). São Paulo.